

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO FINANCEIRA**

PAULO ROBERTO BEDNARCHUK FILHO

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL E MODALIDADES DE
INVESTIMENTOS FINANCEIROS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CURITIBA
2018**

PAULO ROBERTO BEDNARCHUK FILHO

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL E MODALIDADES DE
INVESTIMENTOS FINANCEIROS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Financeira - MBA em Finanças - da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Financeira.

Orientador: Prof. Me. Marcelo Tardelli

**CURITIBA
2018**

TERMO DE APROVAÇÃO
PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL E MODALIDADES DE
INVESTIMENTOS FINANCEIROS

PAULO ROBERTO BEDNARCHUK FILHO

Esta monografia foi apresentada no dia 26 de junho de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Financeira, do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. A candidata apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. M.Sc. Marcelo Tardelli
Orientador

Prof. Dr. Antônio Barbosa Lemes Junior
Banca

Prof. Dr. Ricardo Lobato Torres
Banca

Visto da coordenação:

Prof. Dr. Antônio Barbosa Lemes Jr.

RESUMO

Considerando os aspectos e características da Educação Financeira e Planejamento Financeiro Pessoal, mostra-se essencial o conhecimento pela população dos investimentos financeiros para o seu bem-estar e aumento da riqueza. O mercado financeiro está longe de ser uma ciência exata, pois não há como prever seu comportamento, sobretudo por lidar com as emoções humanas. O presente estudo trata dos investimentos financeiros disponíveis atualmente no Brasil para a aquisição, especialmente, para pessoas físicas, que desejam formar um fundo de recursos para a aposentadoria, ou simplesmente, possuir um fundo de reserva financeira para enfrentar adversidades ou realizar algum desejo. São apresentados alguns conceitos que podem ser utilizados para a tomada de decisão e que auxiliam a adequar o investimento às necessidades de cada indivíduo. Ademais, é apresentada uma tabela comparativa entre alguns investimentos como forma de trazer resumidamente algumas características desses investimentos, com informações atualizadas, coletadas em junho de 2018.

Palavras-chave: Educação Financeira; Planejamento Financeiro Pessoal; Investimentos Financeiros.

ABSTRACT

Considering the aspects and characteristics of Financial Education and Personal Financial Planning, the population's knowledge of financial investments for their well-being and increased wealth is essential. The financial market is far from being an exact science, for there is no way to predict its behavior, especially by dealing with human emotions. The present study deals with the financial investments currently available in Brazil for the acquisition, especially for individuals, who wish to form a fund for retirement, or simply have a financial reserve fund to face adversity or make some wish. Some concepts are presented that can be used for decision making and that help to tailor the investment to the needs of each individual. In addition, a comparative table is presented between some investments as a way to briefly summarize some characteristics of these investments, with updated information, collected in June 2018.

Keywords: Financial Education; Personal Financial Planning; Financial investments.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de Rating	26
Tabela 2 – Resumo dos títulos disponíveis para negociação.....	48
Tabela 3 – Tabela Progressiva do Imposto de Renda	51
Tabela 4 – Tabela Regressiva do Imposto de Renda	51
Tabela 5 – Incidência de imposto em investimentos de curto prazo	52
Tabela 6 – Incidência de imposto em investimentos de longo prazo	52
Tabela 7 – Incidência de IOF sobre investimentos.....	53
Tabela 8 – Comparativo entre formas de remuneração da poupança	55
Tabela 9 – Valor do capital acumulado em 10 anos.....	55
Tabela 10 – Correção do capital pela inflação por 10 anos.....	55
Tabela 11 – Comparação entre opções de investimentos– Junho de 2018.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Captações dos fundos multimercados	38
Gráfico 2 – Número de empresas listadas na BM&F Bovespa.....	42
Gráfico 3 – Evolução dos investidores – Cadastrados e Ativos	44
Gráfico 4 – Número de operações por faixa de aplicação - %	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivos específicos	13
1.3 METODOLOGIA	13
1.3.1 Procedimentos Metodológicos	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	15
2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL.....	17
2.3 ÍNDICES E INDEXADORES	20
2.3.1 Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA.....	20
2.3.2 Índice Geral de Preços – IGP	21
2.3.3 Taxa Básica de Juros – SELIC	21
2.3.4 Taxa Referencial – TR.....	21
2.3.5 Certificado de Depósito Interbancário – CDI.....	22
2.3.6 Índice Bovespa - Ibovespa.....	22
2.3.7 Taxa de Câmbio e <i>Ptax</i>	23
2.4 CONCEITOS UTILIZADOS NO MERCADO FINANCEIRO	23
2.4.1 Benchmark.....	23
2.4.2 Marcação a mercado	24
2.4.3 Fundo Garantidor de Crédito – FGC.....	24
2.4.4 Risco financeiro	25
2.4.5 Agências de <i>Rating</i>	25
2.4.6 Perfil de Investidor	27
2.4.7 Índice de Sharpe.....	27
2.5 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	28
2.5.1 Caderneta de Poupança.....	28
2.5.2 Certificado de Depósito Bancário - CDB.....	30
2.5.3 Letras de Crédito imobiliário e do Agronegócio - LCI/LCA.....	32
2.5.4 Fundos de investimento	33
2.5.4.1 Fundos de renda fixa	34
2.5.4.2 Fundos de Ações.....	36
2.5.4.3 Fundos Multimercados	37
2.5.4.4 Fundos Cambiais.....	39
2.5.5 Ações.....	39

2.5.6 Títulos Públicos Federais.....	43
2.5.7 Plano de Aposentadoria Individual.....	48
2.5.8 Incidências Tributárias comuns aos investimentos	51
3 ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

Discute-se muito atualmente no Brasil sobre a reforma da previdência que embora ainda não aprovada, é provável que venha a ser muito debatida nos próximos meses, ainda mais se tratando de ano eleitoral, considerando que é um assunto de amplo interesse para a população. O assunto é de tanta importância que pode ser utilizado, inclusive, como um dos objetos do plano de governo dos candidatos. Adicionalmente, existe uma pressão muito forte no sentido de que se avance nas reformas com o objetivo de melhorar a credibilidade do Brasil perante o mercado financeiro internacional.

As alterações mais discutidas são relativas à idade mínima de aposentadoria, tempo mínimo de contribuição, regra de transição e forma de cálculo da aposentadoria. Talvez, o tema mais polêmico seja o tempo de contribuição para se adquirir a aposentadoria integral, que segundo a proposta serão necessários 40 anos de contribuição ao INSS (LAPORTA; TREVISAN, 2018).

Diante desse cenário, é imprescindível os cidadãos comecem a estudar uma alternativa paralela para formar um fundo complementar de recursos para se usufruir em sua velhice. Porém, planejar o futuro nem sempre é uma tarefa fácil, ainda mais quando se trata do futuro financeiro, onde, as decisões tomadas no presente irão influenciar substancialmente no longo horizonte de tempo, posto que não seja possível modificar essas decisões tomadas na juventude.

Apesar da quantidade de informações disponíveis e de fácil acesso atualmente, apenas uma parcela da população busca informações sobre investimentos. Em um levantamento elaborado em 2015 pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que teve como objetivo medir as competências da população adulta quando o tema é educação financeira, demonstrou que o Brasil teve um baixo desempenho, onde, ficou na 27ª posição, dentre 30 países. Apenas 36% das pessoas que tomam as decisões e têm orçamento familiar e somente 30% são poupadores ativos, ou seja, tem alguma reserva financeira. Grande parte dos programas de educação financeira visa orientar acerca de como e onde investir, porém poucos abordam o consumo consciente e o planejamento para o futuro (RIBEIRO, 2016).

Em outro estudo global, realizado em 2014 pela *Standard & Poor's*, realizou buscar informações sobre a educação financeira no mundo. Foram apresentados resultados de que apenas 33% da população mundial domina três dos quatro conceitos abordados pela pesquisa, ou seja, duas em cada três pessoas no mundo têm baixo nível de educação financeira, aproximadamente 3,4 bilhões de pessoas. Segundo o estudo, a educação financeira é uma barreira crítica para a inclusão da população no sistema financeiro e para ter acesso a serviços bancários como conta corrente, poupança ou crédito. Assim, muitas pessoas, principalmente aquelas com menor poder aquisitivo, são excluídas do sistema bancário. E esse fator é crítico para o bem-estar financeiro da população, inclusive para o desenvolvimento e a economia do país (YAZBEK, 2015).

O Planejamento Financeiro Pessoal é algo pouco explorado por grande parte da população brasileira. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, juntamente com o SPC Brasil, revelou que 45% dos brasileiros admitem não fazer um controle do próprio orçamento, e esse percentual aumenta para 48% entre as classes C/D/E (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES LOJISTAS, 2018). Ou seja, praticamente metade da população brasileira não se planeja financeiramente. A mesma pesquisa também revelou que, dentre os que controlam seu orçamento, 59% tem dificuldade na tarefa. É importante ressaltar que se as pessoas não têm controle sobre suas próprias finanças, isso acaba afetando a capacidade de gerir suas próprias empresas.

Um estudo elaborado pela Universidade de Cambridge, intitulado *Fear Factor* (Fator do Medo), buscou mapear os principais medos que as pessoas apresentam. Excetuando-se casos extremos como países em guerra, ondas de fome e fuga de refugiados, foram revelados os três maiores medos das pessoas. Em uma escala mensurada de 0 a 100, com 90 pontos, o maior medo das pessoas é o receio de falar em público, seguido do medo da morte com 69 pontos. O mais revelador, é o terceiro medo mais comum entre a população. Com 65 pontos na escala, é o medo de não ter recursos financeiros suficientes para o próprio sustento. Ou seja, a preocupação com o futuro financeiro, segundo o estudo, assemelha-se ao medo da própria morte (MOSCA, 2009, p. 12).

Outro estudo intitulado *Investment Phobia* (Fobia de Investimentos) da mesma Universidade, revelou os reais impactos do medo do futuro financeiro quando o assunto é finanças pessoais:

- 50% das pessoas tem aceleração significativa do ritmo cardíaco;
- 11% declararam sentir mal-estar físico como dores de estômago e de cabeça;
- 15% declararam que, para evitar transtornos, evitam abrir envelopes bancários ou acessar frequentemente contas bancárias pela internet.
- Por fim, 23% das mulheres e 18 % dos homens ouvidos no estudo foram diagnosticados como portadores de fobia financeira, semelhante às fobias mais conhecidas como fobias de inseto e de altura (MOSCA, 2009, p. 12; 13). Ou seja, cada vez mais, assuntos relacionados a dinheiro e contas pessoais afligem as pessoas a ponto de serem diagnosticadas como transtornos psicológicos.

Há diversas áreas que buscam estudar o comportamento do indivíduo em relação às suas finanças como a Psicologia Econômica e a Psicanálise, que contabilizam mais de cem anos, a Economia Comportamental, com mais de trinta anos, as Finanças Comportamentais que são quase unanimemente reconhecidas como ferramenta imprescindível para entender os mercados financeiros e a mais recente, a Neuroeconomia, que vem se destacando por suas descobertas sobre as relações entre funções cerebrais e decisões econômicas (FERREIRA, 2011).

O objetivo do planejamento financeiro pessoal é trazer segurança e estabilidade para eventuais imprevistos que possam ocorrer no decorrer da vida das pessoas, além de trazer tranquilidade para o futuro, principalmente para a aposentadoria. Com a proposta de emenda da Constituição (PEC 287/2016) atualmente discutida no Brasil, o tempo de contribuição e idade para aposentadoria pode ser elevado, fazendo com que o controle sobre as finanças pessoais e o planejamento para o futuro torne-se imprescindível para a população (BRASIL, 2018).

É crescente o número de jovens que desejam se aposentar aos 60 anos, apesar da discussão no Congresso Brasileiro sobre a reforma da previdência. Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, os brasileiros que tem hoje de 16 a 24 esperam se aposentar aos 59,8 anos em média (PINTO, 2018). Para

alcançar este objetivo e não depender unicamente do INSS é fundamental iniciar um planejamento financeiro pessoal mais cedo possível.

Em outra pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2018, demonstrou que os 78% dos brasileiros entrevistados tem medo de depender financeiramente de alguém. Considerando que é crescente a expectativa de vida dos cidadãos, o planejamento das finanças é algo indispensável para os cidadãos buscarem sua independência financeira enquanto jovens, para que no futuro não se tornem dependentes, como aponta a pesquisa (COLLUCCI; PINTO, 2018).

Sendo assim, a pesquisa buscou demonstrar a importância da Educação Financeira e do Planejamento Financeiro Pessoal como forma de auxílio para a formação de um fundo de reserva financeira e as opções de investimentos financeiros que podem ser utilizados pelas pessoas que desejarem obter sua independência financeira.

Inicialmente, para a elaboração da análise, foi necessário buscar na literatura sobre o tema Educação Financeira e Planejamento Financeiro Pessoal. São áreas que auxiliam o investidor a conhecer, primeiramente, a difícil relação que muitos brasileiros ainda possuem com suas finanças e, podem contribuir para a criação de uma consciência financeira. Também, buscou-se na literatura alguns dos conceitos mais utilizados no mercado financeiro, além de índices e indexadores mais comuns utilizados para auxílio na análise. Assim, a pesquisa se divide entre o referencial teórico, abordando os conceitos do mercado financeiro por diversos autores da área e uma análise comparativa dos investimentos, que demonstra algumas das principais vantagens e desvantagens de se investir no mercado financeiro.

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

Eker (2006) sugere que a difícil relação das pessoas com o dinheiro remete a episódios sofridos na infância e que permanecem no subconsciente fazendo com que a pessoa adulta não consiga lidar de maneira satisfatória com suas finanças. Assim esses episódios tendem a moldar a personalidade financeira do indivíduo, tanto para o lado positivo quanto para o negativo (EKER, 2006).

A teoria econômica e financeira pressupõe a racionalidade dos agentes econômicos, sejam indivíduos ou empresas, porém, Mosca (2009, p. 4) observa que há pouca evidência de racionalidade nas decisões desses agentes econômicos, ou uma racionalidade limitada. Essa limitação tem origem em uma série de tendências comportamentais, em sua maioria inconscientes e inatas, e que muitas delas relacionadas ao processo evolutivo do homem como espécie e acabam distorcendo o comportamento do suposto agente econômico racional (MOSCA, 2009, p. 4). Assim, nem sempre as pessoas tendem a tomar a melhor decisão em relação às suas finanças, ou essas decisões podem não ser as mais assertivas.

Não é incomum ouvir das pessoas certa desconfiança em relação ao mercado financeiro e investimentos. Também é comum ouvir delas que alguém conhecido já perdeu muito dinheiro ou até mesmo foi à falência com investimentos precipitados, principalmente no mercado de ações. Somando-se a isso, de acordo com Andrezo; Lima (2001, p. 201, 202), no início da década de 90 no Brasil, época da hiperinflação, ocorreu a implantação de um conjunto de reformas econômicas, o Plano Collor, que tinha como finalidade conter a expansão inflacionária. Ocorreu que houve congelamento dos preços e salários e a extinção da correção monetária, e a instituição da TR (taxa referencial de juros) como remuneração básica dos investimentos. Houve também o bloqueio, por dezoito meses, de 80% dos recursos depositados ou aplicados, sob qualquer modalidade, em instituições financeiras (ANDREZO; LIMA, 2001, p. 201, 202). Episódios como esses ainda são usados como justificativas para as pessoas não investirem seus recursos, pois temem que circunstâncias como essas possam voltar a ocorrerem.

Outros fatores, como as crises econômicas que sempre assolaram o mercado financeiro, como por exemplo, a grande depressão sucedida a partir da quebra da bolsa de Nova York em 1929, a crise do *SubPrime* ocorrida nos EUA em 2008, que afetou a economia mundial e a recente crise econômica brasileira são alguns exemplos que é necessário planejar-se financeiramente para enfrentar períodos de instabilidade. Quem havia se planejou financeiramente e pôde contar com as suas reservas financeiras disponíveis passou por estes períodos com mais tranquilidade.

Assim, o problema da pesquisa é demonstrar aos cidadãos formas de investir seus recursos e apresentar alternativas para composição, principalmente, de fundo para a aposentadoria, tendo em vista o desconhecimento de grande parte da população acerca do assunto, em especial, entre os jovens ingressantes no mercado de trabalho, já que no Brasil ainda não havia disciplina obrigatória no currículo escolar referente à educação financeira.

1.2 OBJETIVOS

Atualmente há diversas modalidades de investimentos financeiros disponíveis que não são usualmente utilizadas e muitas vezes desconhecidas pela população em geral, principalmente pelos jovens, visto que ainda não havia na ementa curricular do Brasil, disciplina de educação financeira. Muitos desses jovens são levados a acreditar que é necessário um grande capital para começar a investir no mercado financeiro, ou que o risco é muito grande, porém há diversas opções que podem ser enquadradas ao perfil de cada pessoa. Neste trabalho, serão apresentadas algumas alternativas disponíveis no mercado e suas principais características. Também, buscando demonstrar de forma clara para o leitor esta área que, muitas vezes é vista como algo muito complicado de se entender, que é a do mercado financeiro.

Considerando o tema de fundamental importância para o bem estar da população em geral, conseqüente influência na gestão das empresas, principalmente micro e pequenas empresas, e o desconhecimento de grande parte dos cidadãos, o objetivo geral do trabalho é explorar as características do Planejamento Financeiro Pessoal e apresentar algumas modalidades de investimentos financeiros disponíveis no atual contexto econômico brasileiro, as quais podem ser utilizadas, principalmente por jovens ingressantes no mercado de trabalho, e que já contam com rendimentos mensais excedentes, com o propósito de formação de um fundo de reserva, principalmente para ser utilizado na aposentadoria.

1.2.1 Objetivos específicos

- Discorrer sobre os conceitos e características da Educação Financeira e do Planejamento Financeiro Pessoal;
- Apresentar as principais características dos investimentos financeiros elencados;
- Elaborar uma análise comparativa sobre os investimentos financeiros apresentados.

1.3 METODOLOGIA

A definição de pesquisa, segundo Gil (2010, p. 1) é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A pesquisa é desenvolvida através dos conhecimentos disponíveis e a utilização de métodos e técnicas de investigação científica. Há muitas razões para se elaborar uma pesquisa, sendo classificadas pelas razões de ordem intelectual e razões de ordem prática (GIL, 2010, p. 1).

O trabalho foi elaborado por meio da pesquisa bibliográfica que, segundo Severino (2007, p. 122), “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”. Conforme Gil (2010, p. 29), a pesquisa bibliográfica é elaborada em materiais já publicados como livros, revistas, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Entretanto, devido aos novos formatos de informação, há outras fontes de pesquisa, como o material disponibilizado pela Internet (GIL, 2010, p. 29).

A pesquisa caracteriza-se como explicativa, que segundo Gil (2010, p. 28), “tem como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Ainda, segundo Gil (2010, p. 28), “essas pesquisas são as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, pois têm como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas”.

1.3.1 Procedimentos Metodológicos

Para o estudo, buscou-se na literatura conceitos e características sobre a Educação Financeira e o Planejamento Financeiro Pessoal, além de pesquisa sobre alguns dos principais investimentos financeiros disponíveis atualmente no Brasil. Assim trata-se de pesquisa documental que segundo Marconi; Lakatos (2017, p. 190), “tem como característica tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, denominados fontes primárias”.

As principais fontes de informações foram através de livros, principalmente sobre o mercado financeiro, artigos científicos publicados em anais de congresso, sites institucionais, como Banco Central do Brasil (BACEN), BM&F Bovespa, Anbima, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Receita Federal, além de publicações em sites da imprensa brasileira.

A escolha dos investimentos que foram estudados desencadeou pela simplicidade de aquisição destas modalidades para grande parte da população brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Finanças pessoais ainda é um tema pouco estudado no Brasil, embora haja uma preocupação do governo e da sociedade acerca da educação da população sobre esse assunto (MATTA, 2007). Um grande incentivador da Educação Financeira no Brasil é o Banco Central que possui diversas modalidades e formas de auxílio à população. Inclusive, o decreto presidencial nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, denominado Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) trata das políticas da Educação Financeira e tem como objetivos:

- Promover a educação financeira e previdenciária;
- Aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos; e
- Contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (BACEN, 2018).

A educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. A gestão das finanças precisa levar em conta as oportunidades e os riscos para que se façam escolhas embasadas (BACEN, 2018).

De forma mais abrangente, o conceito de educação financeira foi definido em 2005 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e adaptado à realidade brasileira pelo BACEN:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (BACEN, 2018).

Portanto a educação financeira trata-se de uma formação essencial para moldar a consciência dos indivíduos em relação às suas finanças pessoais, e também contribui substancialmente para a gestão das empresas, principalmente nas micros e pequenas empresas, visto que são administradas muitas vezes

somente pelo empreendedor, e, contando com a educação financeira como alicerce, o crescimento e desenvolvimento dessas empresas tende a ser mais sustentável economicamente.

Para Matta (2007), “Entende-se à educação financeira pessoal como o conjunto de informações que auxilie as pessoas a lidarem com sua renda, com a gestão do dinheiro, com gastos e empréstimos monetários, poupança e investimentos a curto e longo prazo”. Buscando essas informações e aplicando no seu cotidiano, as pessoas podem realizar seus objetivos financeiros com mais facilidade percebendo maior tranquilidade na gestão de seus recursos.

Cada indivíduo possui capacidade e consciência diferentes entre si, fazendo com que determinada informação disponível não seja suficiente para sua conscientização. Bem como explicam Savoia; Saito; Santana (2007):

Na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e as suas relações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Ademais, há diversos produtos financeiros atualmente disponíveis, e que podem acabar confundindo o investidor iniciante ou aquele resistente a mudanças e que tem receio do mercado financeiro. Segundo o BACEN (2018), “(...) a crescente sofisticação dos produtos oferecidos aos consumidores de serviços financeiros aumenta o leque de opções à disposição do cidadão brasileiro, ao mesmo tempo em que lhe atribui maior responsabilidade pelas escolhas realizadas”. Os poupadores deixam de consumir no presente para investir com o objetivo de consumir mais no futuro. Existem diversas formas de investir e variam de acordo com o ativo escolhido e em função de sua característica (OLIVEIRA JR.; PACHECO, 2017, p.114).

Muitas vezes as pessoas acabam tendo despesas imprevistas e que podem comprometer o orçamento familiar. Seguindo os princípios do planejamento financeiro e os conhecimentos adquiridos pela educação

financeira esses momentos podem ser enfrentados com menores dificuldades. Segundo Assaf Neto (2005, p. 40) “É comum ocorrerem certas despesas imprevistas e extraordinárias e, quanto maior for a liquidez de caixa para enfrentar essas exigências monetárias inesperadas, tanto maior será a margem de segurança apresentada pelo agente econômico”.

Porém não é simples para aqueles que nunca pouparam ou que sempre mantiveram seus gastos de forma descontrolada assimilar de imediato os benefícios de se manter um controle financeiro. De acordo com Halfeld (2007, p. 24),

O maior desafio para construir uma vultosa poupança está na dor que imediatamente é sentida quando se renuncia ao consumo imediato na esperança de ser recompensado em um futuro ainda mais distante. Para os jovens, principalmente, esse é um desafio muitas vezes insuportável (HALFELD, 2007, p. 24).

Portanto, para os cidadãos conseguirem, de maneira mais satisfatória, seguir os conceitos da educação financeira, é introduzir na educação desde criança os benefícios de manter um controle financeiro. Dessa forma, a educação financeira no Brasil está sendo considerada essencial para a formação dos jovens brasileiros, tanto, que a partir do ano de 2019, o Ministério da Educação incluiu na base nacional comum curricular a disciplina obrigatória de Educação Financeira no ensino fundamental. É um grande passo para começar a conscientizar as crianças sobre a importância do assunto e formar para o futuro cidadãos mais informados financeiramente (BACEN, 2018). Dessa forma, em longo prazo serão sentidos os efeitos gerados pela consciência financeira, tanto no bem-estar das pessoas quanto para a economia como um todo.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Segundo Frankenberg (1999, p. 31) “o planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família”. Esta estratégia pode buscar o curto, médio ou longo prazo e não é uma tarefa fácil de ser atingida devido a inúmeros imprevistos e incertezas que podem ocorrer no decorrer da vida e que poucos indivíduos conseguem alcançar. Entretanto, para as pessoas conscientes e determinadas, com planejamento e seguindo determinadas condutas, é mais fácil atingir esses

objetivos. Embora a estratégia tenha que ser definida em algum momento, não significa que ela não pode ser alterada. Isso faz parte do planejamento e essa revisão periódica deve ser revista pelo menos uma vez por ano de modo a confirmar se certos investimentos e gastos são realmente necessários ou devem ser eliminados, assim como para reorganizar os objetivos traçados. Ou seja, é importante ter uma autocrítica constante, especialmente quando há mudanças no cenário econômico-financeiro ou quando as condições pessoais são alteradas (FRANKENBERG, 1999, p. 31; 32).

Segundo Basso (1997, p. 7) há três princípios básicos que podem ser seguidos para iniciar um planejamento financeiro: estratégia para decidir se se deve investir ou deixar de investir em algo, possuir conhecimentos de conceitos de risco e administração financeira para preservar seus ativos quando não acontece o retorno esperado e o mais importante, possuir um bom autoconhecimento e estruturar seus investimentos de acordo com a situação, recursos, personalidade e habilidade. O autor cita o exemplo de um investidor que viaja bastante e não tem tempo de acompanhar o mercado. Nesse caso é melhor buscar uma estratégia de longo prazo, que não necessita de acompanhamento periódico. Porém, o investidor deve estar consciente que não existe estratégia perfeita e que enfrentará períodos de oscilação do mercado, levando a parecer que não é a mais adequada (BASSO, 1997, p. 7,8).

Conforme Camargo; Cherobin (2008), “A gestão financeira ou planejamento financeiro pessoal consiste em estabelecer e seguir uma estratégia para a manutenção ou acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família”. Assim, buscando o planejamento as pessoas podem organizar suas finanças de maneira mais assertiva para a realização dos seus objetivos, além de possuir uma maior capacidade de controle sobre as receitas e despesas.

Para Halfeld (2007, p. 8; 12) a natureza nos impõe uma fase de declínio na capacidade de trabalho e, aos 60 anos já não estaremos capacitados a trabalhar como aos 30 anos. Esse fator requer que seja formada uma reserva substancial de dinheiro para que se possa custear as despesas da velhice. Geralmente, somente na fase madura as pessoas percebem que acumularam um patrimônio muito pequeno e perderam a oportunidade de colocar o dinheiro para trabalhar para elas. Ou seja, perdem durante a vida a oportunidade de

usufruir de rendimentos de juros, aluguéis ou de dividendos que os bons investimentos proporcionam (HALFELD, 2007, p. 8;12). Dessa maneira, quanto mais cedo as pessoas buscarem seu planejamento, mais rápido alcançarão os objetivos, visto que os rendimentos proporcionados por investimentos ajudam substancialmente na formação de um fundo para a aposentadoria.

Muito se ouve das pessoas que o motivo de não guardarem dinheiro é que nunca foram instruídas para esse objetivo. Porém, o planejamento deve se iniciar na consciência de cada um. São muitas as informações disponibilizadas sobre o assunto e o primeiro passo deve surgir da necessidade que cada indivíduo pretende buscar.

Alguns sites da internet, como o SEBRAE, possuem cartilhas que servem como guia para quem deseja iniciar um planejamento financeiro e oferecem dicas básicas como a seguir:

- Montar um controle orçamentário;
- Fazer o planejamento de investimento e financeiro;
- Elaborar planos de ação;
- Tomar decisões e;
- Efetivar medidas que ajudam a evitar o acúmulo de dívidas (SEBRAE, 2018).

Da mesma forma, o Banco Central (2018) produz cartilhas que auxiliam os cidadãos que pretendem se organizar financeiramente como as dicas abaixo:

- Tenha o hábito de poupar. Manter uma reserva financeira é fundamental para realizar sonhos, precaver-se de eventos inesperados, além de proporcionar maior tranquilidade hoje e ao se aposentar.

- Escolha seus investimentos com critério. Identifique as características de liquidez, segurança e rentabilidade de cada investimento e priorize-as de acordo com suas necessidades. Lembre-se de que nunca terá as três características positivas ao mesmo tempo.

- “Conhece-te a ti mesmo.” Faça um teste de autoconhecimento para verificar qual é o seu perfil de investidor, podendo ser mais conservador, moderado ou arrojado/agressivo.

- Invista regularmente. Todo mês, reserve parte do seu salário para investir em aplicações de sua escolha.

- Leia os prospectos das aplicações financeiras. Verifique quais são as taxas, tarifas, rentabilidade e impostos envolvidos nos investimentos. Isso ajuda a planejar seu futuro e evitar surpresas desnecessárias (BACEN, 2018).

Atualmente, há diversas maneiras de buscar auxílio para elaborar um planejamento financeiro. A principal delas ainda é buscar informações em livros sobre o assunto. São diversos temas abordados pelos autores como: estratégias para operar no mercado de ações, informações sobre produtos e serviços financeiros e bancários, livros que ensinam sobre o consumo consciente, estratégias que pessoas bem-sucedidas utilizaram para formar uma grande fortuna, entre outros assuntos específicos. Ainda, há diversos aplicativos para celular e planilhas eletrônicas disponíveis gratuitamente que são disponibilizados para os interessados em iniciar um planejamento e que auxiliam no controle financeiro.

Para o investidor jovem que tem pouca experiência no assunto, é mais indicado iniciar seu planejamento de forma mais simples e ir desenvolvendo, aos poucos, sua consciência financeira. Ou seja, não é aconselhável o investidor iniciante se aventurar em produtos mais complexos do mercado financeiro, a não ser que possua conhecimento adequado ou uma boa assessoria financeira.

2.3 ÍNDICES E INDEXADORES

No mercado financeiro, assim como na economia brasileira, existem diversos índices e indicadores que estabelecem bases para ações e decisões que determinam valores e resultados em seus diferentes segmentos (FORTUNA, 2011, p. 140). Nos itens a seguir serão demonstrados os principais índices e referências que são utilizados pelo mercado para base de remuneração e *benchmark* nos investimentos financeiros.

2.3.1 Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA

É apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e é o índice oficial da inflação no Brasil. Tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao

consumo pessoal das famílias que possuem rendimentos entre um e quarenta salários mínimos. É apurado mensalmente. É utilizado desde 1999 pelo Banco Central para o acompanhamento das metas estabelecidas para a inflação (IBGE, 2018). É utilizado, por exemplo, como índice de atualização monetária de alguns títulos públicos.

2.3.2 Índice Geral de Preços – IGP

Esse índice foi concebido no final da década de 1940 e é calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. É utilizado principalmente como indicador macroeconômico que representa a evolução do nível de preços e usado como referência para a correção de preços e valores contratuais. O IGP é a média aritmética ponderada de três outros índices de preços: Índice de Preços ao Produtor Amplo, Índice de Preços ao consumidor e Índice Nacional de Custo da Construção (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 57).

2.3.3 Taxa Básica de Juros – SELIC

É a taxa básica de juros da economia brasileira. É fixada e divulgada pelo Banco Central através do Comitê de Política Monetária – COPOM – e é a taxa de referência no mercado financeiro, exercendo influência direta sobre o volume da dívida pública, oferta de crédito, nível de inflação, entre outros indicadores econômicos importantes (ASSAF NETO, 2012, p. 142).

De acordo com Assaf Neto (2012, p.146) “representa a taxa pela qual o Banco Central compra e vende títulos públicos federais ao fazer sua política monetária”. Conforme Oliveira Jr.; Pacheco (2017, p. 48) “a taxa SELIC é determinada pela oferta e procura por liquidez no mercado aberto entre instituições financeiras e o Banco Central, o qual procura mantê-la em nível compatível com a meta definida pelo COPOM”.

2.3.4 Taxa Referencial – TR

A TR foi criada em 1991 para ser a taxa básica de juros no país e substituir todos os indexadores existentes na economia até então. Atualmente é

utilizada para cálculo da remuneração dos títulos da dívida agrária, da caderneta de poupança e do FGTS (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 49).

A nova fórmula de cálculo da TR foi definida pela resolução nº 4.624 do Banco Central em 18 de janeiro de 2018 (BRASIL, 2018). Enquanto os índices convencionais, como o INPC, o IPCA e o IGP-M vêm acumulando reajustes de 5% e 6% ao ano, a TR aproxima-se de 0%, por causa intensa redução promovida na taxa de juros básica (SELIC), e deve continuar desta forma enquanto a inflação e os juros básicos estiverem baixos (SILVESTRE, 2017, p. 220).

2.3.5 Certificado de Depósito Interbancário – CDI

O CDI representa a maior referência de taxa de juros no mercado brasileiro e é utilizada como custo de oportunidade das operações, meta de rentabilidade para os fundos de renda fixa e taxa livre de risco em grande parte das análises econômico-financeiras (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 48).

Conforme Fortuna (2011, p. 131) “os Certificados de Depósito Interbancário são títulos de emissão das instituições financeiras monetárias e não-monetárias que lastreiam as operações do mercado interbancário”. Possuem características idênticas às de um CDB, mas sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Sua função é, portanto, transferir recursos de uma instituição financeira para outra (FORTUNA, 2011, p. 131; 132). Assim, pode ser considerado como o custo do dinheiro para uma instituição deficitária que empresta de outra superavitária.

2.3.6 Índice Bovespa - Ibovespa

O Ibovespa é o principal índice do mercado de ações e é utilizado como referência para os investidores. Representa o indicador mais importante do desempenho médio dos ativos mais negociados e representativos do mercado de ações do Brasil. É composto pelas ações listadas e mais negociadas na bolsa de valores, sendo o resultado de uma carteira teórica de ativos e seu cálculo é elaborado de acordo com os critérios adotados para sua metodologia. Essa metodologia de cálculo é encontrada no site da BM&F Bovespa e pode adotar critérios que podem ser variáveis (BM&F Bovespa).

A seleção de ações que determinam o índice é baseada na negociabilidade desses ativos, sendo utilizado principalmente, a liquidez e volume de negócios. É extremamente confiável e de fácil acompanhamento pelo mercado e sua composição procura aproximar-se o mais possível da real configuração das negociações a vista na Bolsa (FORTUNA, 2011, p. 739). É utilizado geralmente para como *benchmark* para aplicações em fundos de ações.

2.3.7 Taxa de Câmbio e Ptax

A taxa de câmbio corresponde ao preço, em moeda nacional, atribuído a uma moeda estrangeira, ou em sentido contrário, à moeda brasileira. Simplificadamente, é o valor pelo qual duas moedas em diferentes economias são trocadas. O Brasil adota o regime de câmbio flutuante, que permite variações livre da taxa cambial, sem interferência do governo, entretanto, este pode intervir no mercado oferecendo opções de compra e venda da moeda estrangeira, com o objetivo de promover uma valorização ou desvalorização desse ativo, para trazê-lo a um patamar mais adequado a um melhor desempenho das variáveis econômicas como a inflação, contas externas e crescimento econômico (ASSAF NETO, 2012, p. 98; 99).

A *Ptax* é um indicador oficial do Banco Central, veiculada diariamente ao mercado, para divulgar as cotações das moedas estrangeiras negociadas no Brasil. É calculada para todas as moedas estrangeiras, porém como o Dólar é mais negociado no país, geralmente associa-se a *Ptax* a esta moeda. A metodologia de cálculo é através da média ponderada das operações realizadas diariamente no mercado de câmbio (ASSAF NETO, 2012, p. 100).

2.4 CONCEITOS UTILIZADOS NO MERCADO FINANCEIRO

2.4.1 Benchmark

Quando se apura o desempenho de algum investimento financeiro, é preciso ter como parâmetro algum índice ou medida como base. O mercado financeiro brasileiro utiliza como base o termo *benchmark* ou *benchmarking* que é utilizado pelas empresas para avaliar, medir e comparar produtos ou serviços

processos e funções. Esse termo serve como parâmetro para a comparação de investimentos (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 255). Conforme definição do Banco Central (2018) o *benchmark* trata-se de um “Referencial utilizado para o acompanhamento do desempenho de um investimento ou de um mercado, assim também como base para cálculo da taxa de performance de fundos de investimento que contenham essa previsão”.

Por exemplo, um CDB pode utilizar como *benchmark* o índice DI, ou um fundo de investimento em ações utilizar como referência de remuneração o indicador da BM&F Bovespa. Ou seja, o desempenho desses investimentos busca essas taxas como parâmetro de rentabilidade.

2.4.2 Marcação a mercado

Conforme definição da CETIP (2018) “A marcação a mercado tem como principal objetivo a identificação dos verdadeiros valores dos ativos, ou seja, a obtenção do valor de um ativo pelo qual ele poderia ser negociado no mercado”. São utilizados modelos matemáticos para esse fim.

Essa forma de cálculo foi criada devido a necessidade de se registrar contabilmente o efetivo valor de mercado de determinado ativo que compõe uma carteira em determinada data. São efetuadas correções diárias para determinar o preço dos ativos a fim de parametrizar as negociações. Por exemplo, se determinado ativo de uma carteira se desvalorizou após sua aquisição, o gestor da carteira não pode vendê-lo por um preço abaixo do que aquele está sendo atualmente negociado no mercado, pois traria um prejuízo. Dessa forma, diariamente é elaborado o cálculo para a verificação da atual cotação de determinado ativo, atingindo um preço de referência para as negociações (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 265).

2.4.3 Fundo Garantidor de Crédito – FGC

O FGC é um fundo constituído na forma de uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, e tem como objetivo oferecer maior garantia aos agentes do mercado com recursos depositados ou aplicados nas instituições participantes, que em uma eventualidade sofre algum tipo de intervenção, tenha decretada sua liquidação extrajudicial ou sua falência. O fundo garante depósitos

à vista, contas de poupança, letras de câmbio, letras imobiliárias, letras hipotecárias, CDB, LCI e LCA, entre outros. O fundo é mantido por contribuições mensais das instituições participantes (ASSAF NETO, 2012, p. 95).

Conforme o BACEN (2018) o FGC “administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, até determinado valor, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência”. Atualmente o total de créditos garantidos para cada pessoa, na mesma instituição ou conglomerado financeiro é de R\$ 250 mil. Caso o investidor detenha recursos em instituições diferentes, o atual valor garantido corresponde a um milhão de reais a cada período de quatro anos consecutivos, ou seja, no caso do investidor acionar o FGC, a data inicial corresponde o dia da intervenção ou liquidação extrajudicial da instituição associada. (BACEN, 2018).

2.4.4 Risco financeiro

Conforme Oliveira Jr.; Pacheco (2017, p. 201), “o risco pode ser definido como sendo a incerteza quanto ao resultado futuro de um investimento que pode ser medido matematicamente”. Ou seja, é a probabilidade que algo possa ocorrer diferente do esperado.

Os principais riscos financeiros atualmente podem ser classificados como: Risco de variação da taxa de juros; Risco de crédito; Risco de mercado; Risco operacional; Risco de câmbio; Risco soberano; Risco de liquidez e; Risco legal. Não é possível eliminar totalmente os riscos, porém, adotando uma boa administração é possível reduzir a probabilidade de ocorrência (ASSAF NETO, 2012, p. 147).

2.4.5 Agências de *Rating*

O risco de crédito é avaliado por empresas especializadas em analisar a capacidade do emissor de um título em honrar seus compromissos, seja empresa ou governo. São as denominadas agências de *rating*, pois após a sua avaliação, concedem uma nota ou *rating* ao emissor. Além do risco de crédito, essas empresas avaliam, também, a situação econômico-financeira de dos emissores. As principais agências de classificação são as internacionais Fitch,

Standard & Poor's e Moody's e no mercado, suas avaliações são muito aceitas. Isso, devido ao fato das minuciosas análises elaboradas por essas instituições, onde são verificadas as principais variáveis econômicas e a capacidade de honrar compromissos (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 206).

Quando uma das agências rebaixa ou acresce a nota de determinada empresa ou governo, no mercado já ocorre a movimentação para se posicionar de acordo com a classificação atualizada. Essa classificação é semelhante entre as empresas, como mostra a tabela abaixo, sendo definidas como AAA para o menor risco e D para o pior.

Tabela 1 – Tabela de Rating

	Classificação de risco de crédito		
	S&P	Fitch	Moody's
Grau elevado para investimento	AAA	AAA	Aaa
	AA+	AA+	Aa1
	AA	AA	Aa2
	AA-	AA-	Aa3
	A+	A+	A1
	A	A	A2
	A-	A-	A3
Grau médio para investimento	BBB+	BBB+	Baa1
	BBB	BBB	Baa2
	BBB-	BBB-	Baa3
As classificações acima são chamadas pelo mercado de investment grade			
Grau baixo para investimento	BB+	BB+	Ba1
	BB	BB	Ba2
	BB-	BB-	Ba3
Grau de títulos especulativos	B+	B+	B1
	B	B	B2
	B-	B-	B3
	CCC+	CCC+	Caa1
	CCC	CCC	Caa2
	CCC-	CCC-	Caa3
	CC	CC	Ca
C	C	C	
Inadimplência	D	D	—

Fonte: OLIVEIRA JR; PACHECO, 2018, p. 207.

Porém, a melhor classificação não extingue os riscos inerentes a uma empresa ou governo, mas é um parâmetro muito utilizado para a tomada de decisões sobre se investir em determinada instituição.

2.4.6 Perfil de Investidor

Por exigência da Anbima, as instituições que realizam operações de investimentos financeiros devem solicitar ao investidor que realizem sua classificação de perfil de investidor por meio de um questionário, ou, caso se recusem a respondê-lo, declarem estar cientes dos riscos inerentes à não adequação dos investimentos ao seu perfil. Portanto, antes de decidir que é o investimento mais adequado, é fundamental as pessoas conhecerem seu perfil, que seguem a seguinte classificação de acordo com a disposição para aceitar riscos, pela preferência de liquidez e expectativa de rentabilidade: conservador, moderado e arrojado. Segundo o Banco Central (2018) são assim definidos:

- Conservador: privilegia a segurança e faz todo o possível para diminuir o risco de perdas, aceitando, inclusive, uma rentabilidade menor.
- Moderado: procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade e está disposto a correr certo risco para que o seu dinheiro renda um pouco mais do que as aplicações mais seguras.
- Arrojado: privilegia a rentabilidade e é capaz de correr grandes riscos para que seu investimento renda o máximo possível (BACEN, 2018).

O site do Banco Central traz um questionário que avalia o investidor, assim, a escolha dos investimentos pode ser mais assertiva, fazendo com que os recursos do investidor estejam alocados em aplicações mais adequadas ao perfil de cada um.

2.4.7 Índice de Sharpe

Na teoria de finanças, a menor taxa disponível para aplicações na economia de um país é a taxa livre de risco, ou seja, para obter retorno acima dessa taxa é necessário correr algum risco, que é proporcional ao retorno esperado. Assim, o índice de Sharpe representa quanto de risco o investidor precisou correr para que a remuneração seja superior à taxa livre de risco. Segundo o conceito do índice de Sharpe, o melhor investimento não é necessariamente aquele que possui maior retorno esperado, mas sim aquele que apresenta melhor relação entre risco e retorno. No Brasil, geralmente, a taxa livre de risco refere-se ao CDI, embora alguns acreditem que a taxa realmente

livre de risco seja a remuneração da caderneta de poupança (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 226; 228).

2.5 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No conceito econômico, investimento representa a ampliação de capital em alternativas que promovem o aumento efetivo da capacidade produtiva de um país e que determina a capacidade futura de gerar riquezas e pode ocorrer em bens de capital (máquinas, equipamentos etc.), os denominados capitais fixos, e em estoques. Assim, o conceito de investimento em uma economia vincula-se à criação de riquezas (ASSAF NETO, 2012, p. 6). Já no conceito financeiro, o investimento pode ser definido como a aplicação de um recurso, onde se espera alcançar, no futuro, um valor maior do que o inicialmente aplicado. Assim como é definido pelo Banco Central (2018): “Investimento é a aplicação dos recursos que poupamos, com a expectativa de obtermos uma remuneração por essa aplicação”.

No mundo inteiro os produtos e serviços financeiros são semelhantes e basicamente a diferença é a nomenclatura e alguns detalhes, porém a essência é quase sempre a mesma. Quando se aplica em produtos financeiros, o objetivo é alcançar determinado lucro ou rendimento, ou seja, acumular maior capital do que foi aplicado. Porém, para saber se houve lucro de fato, deve-se descontar a inflação do período e o imposto incidente sobre o montante. Portanto, qualquer investimento deve ser encarado sob diversos aspectos e não somente sobre a rentabilidade aparente (FRANKENBERG, 1999, p. 134).

No mercado financeiro há diversos produtos de simples aquisição que são disponibilizados por praticamente todos os bancos e corretoras. A seguir serão demonstradas as principais características de alguns dos investimentos mais comuns, bem como suas vantagens desvantagens, e que podem ser utilizados como forma de acumulação de capital.

2.5.1 Caderneta de Poupança

Popularmente, no Brasil, sinônimo de investimento financeiro remete à caderneta de poupança e há muitos anos é a mais tradicional forma de aplicação

de dinheiro no país. Apesar do histórico de inflação alta no país e de algumas atitudes provocadas pelo ex-presidente Collor, como o congelamento dos recursos depositados nesta modalidade, esta forma de investimento não perdeu sua popularidade. Uma das principais características é a não incidência de imposto de renda sobre a rentabilidade, uma vantagem fiscal que deveria ser um incentivo para que todas as classes socioeconômicas mantivessem uma parte de seus recursos depositada nesta modalidade, como fundo de emergência (FRANKENBERG, 1999, p.140).

Os principais atributos da caderneta de poupança são a liquidez e rentabilidade. Necessitando dos recursos por qualquer motivo, o investidor pode realizar o saque total o parcial, perdendo o rendimento do mês da quantia retirada. A principal forma de remuneração são os juros e já houve diversas formas para o seu cálculo. Desde 1967, houve aproximadamente vinte alterações na fórmula do cálculo, fazendo com que as pessoas menos instruídas ficassem confusas quanto à conveniência de manter seus recursos nela (FRANKENBERG, 1999, p.141). Conforme Cavalcante; Misumi; Rudge (2005, p. 64) “Os recursos das cadernetas de poupança devem ser aplicados de acordo com as regras estabelecidas pelo Banco Central. Essas regras podem ser alteradas de acordo com as variáveis econômicas do momento”.

Atualmente a fórmula do cálculo se dá pela Lei nº 8.177 de 1991, alterada pela Lei nº 12.703 de 2012. De acordo com a atual legislação, a remuneração da caderneta de poupança é composta por duas parcelas:

- I – a remuneração básica, calculada pela TR (taxa referencial) e,
- II – a remuneração adicional, que corresponde a:
 - a) 0,5% ao mês enquanto a taxa SELIC for superior a 8,5% ao ano;
 - ou,
 - b) 70% da taxa SELIC, quando esta estiver abaixo de 8,5% ao ano.

Entretanto, apesar de parecer simples, o cálculo da remuneração é algo bastante complicado devido à forma de obtenção da TR. Conforme esclarece Sobrinho (2017): “Absolutamente ninguém sabe. Nem os técnicos. Muito menos a população. Não faz sentido que a poupança, o investimento mais popular desse país, tenha um cálculo tão complicado, que praticamente ninguém sabe fazer”.

Para fins de cálculo da remuneração, é utilizada a data de abertura da conta poupança e o crédito dos rendimentos será efetuado mensalmente na data de aniversário da conta para pessoas físicas e de entidades sem fins lucrativos. Para os demais casos é creditada trimestralmente na data de aniversário no último mês do trimestre. Também, os depósitos realizados nos dias 29,30 e 31 são remunerados a partir do dia 1º do mês subsequente (BRASIL, 1991).

Outra característica muito importante é a não incidência de imposto de renda sobre os rendimentos. Atualmente, as aplicações em caderneta de poupança de pessoas físicas e jurídicas não tributadas sobre o lucro real estão totalmente isentas de impostos. Caso tributadas com base no lucro real, as pessoas jurídicas são tributadas apenas na declaração de rendimentos (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 115).

Por se tratar de um investimento tradicional, grande parte dos idosos no país prefere esta forma de aplicação. Em uma pesquisa realizada pelo SPC Brasil e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, em setembro de 2016, revelou que a caderneta é preferida por 46% dos idosos, seguida da previdência privada (10,4%) e por fundos de investimento (9,7%). Ao fazer opção pela poupança, alegam facilidade na hora de usar o dinheiro, baixo risco e familiaridade com esse tipo de investimento. A preferência por este tipo de aplicação se dá pelo temor de grande parte da população em sofrer perdas financeiras, pelo histórico de planos econômicos e diversas crises financeiras na última década (TEIXEIRA, 2018).

A caderneta de poupança é essencialmente uma alternativa de aplicação financeira bastante conservadora, oferecendo segurança e baixa remuneração, comparativamente a outros ativos no mercado (ASSAF NETO, 2005, p. 150).

2.5.2 Certificado de Depósito Bancário - CDB

O Certificado de Depósito Bancário é um dos investimentos financeiros mais tradicionais do mercado brasileiro e o título de renda fixa mais adquirido pelo investidor pessoa física. Foi instituído pela Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e é uma das importantes fontes de captação de recursos pelos bancos (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 116).

A remuneração se dá pelo compromisso assumido pelo banco, que oferece uma determinada taxa de rentabilidade durante o período acordado. Bancos de menor credibilidade tendem a oferecer uma maior remuneração, que em geral são definidas por um percentual do CDI. Em muitos casos a rentabilidade pode ser superior a 100% do CDI (CERBAS, 2010, p.107).

As características do CDB são determinadas no momento de sua contratação, com prazo e forma de rendimentos predefinidos. Sua remuneração pode ser prefixada ou pós-fixada e baseada em diversos indicadores, sendo o mais comum a Taxa-DI (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p.116).

Conforme divulgado do site da BM&F Bovespa (2018) o CDB apresenta algumas vantagens ao investidor, como elencados abaixo:

- Possibilidade de obter rendimentos atrelados às taxas vigentes na economia e praticadas pelo mercado;
- Alíquota decrescente do Imposto de Renda ao longo do período da aplicação, pois a cobrança ocorre apenas no resgate ou no vencimento.
- Proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que cobre perdas até o limite previsto em regulamentação por cliente (CPF ou CNPJ) em cada instituição financeira.
- Poderá ser utilizado para garantir outras operações do investidor nos mercados da Bolsa, de acordo com critérios e limites estabelecidos pela BM&F BOVESPA (BM&F BOVESPA, 2018).

Porém, ao aplicar seus recursos no CDB os investidores devem ater-se a outras características como o risco de crédito do emissor, ou seja, se a instituição vir à falência o valor é devolvido até o limite máximo do Fundo Garantidor de crédito. Também há a possibilidade, no caso de um CDB prefixado, de ocorrer a variação dos rendimentos de acordo com a oscilação da taxa SELIC. Neste caso, se a taxa subir, o investidor não poderá mais se beneficiar desse aumento, entretanto, caso a taxa venha a cair, o título estará sendo remunerado pela taxa inicialmente pactuada, obtendo um resultado favorável.

Outro aspecto importante referente ao CDB é a alíquota regressiva do imposto de renda. O imposto é retido na fonte e só é recolhido no resgate, sendo

assim uma característica que traz benefícios ao investidor, pois o montante do imposto soma-se ao capital aplicado e aos rendimentos, trazendo a rentabilidade sobre este montante. O fato gerador do imposto de renda são os rendimentos auferidos ao investidor.

Para iniciar uma aplicação no CDB o investidor deve possuir uma conta corrente em uma instituição financeira emissora do título ou corretora de valores mobiliários, porém conforme Frankenberg (1999, p. 136), “são emitidos somente pelos bancos comerciais, de investimento e múltiplos”. Assim, pelo fato das corretoras não emitirem esses papéis, funcionam como uma espécie de *marketplace*, oferecendo os produtos de diversos bancos. O investimento conta ainda, com a garantia do Fundo Garantidor de Crédito e com liquidez diária. Conforme divulgado no site da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP, 2018), “o risco de quem adquire um CDB está diretamente associado à solidez de seu emissor, uma instituição financeira”.

Portanto, o CDB é uma importante modalidade de aplicação que o investidor deve ter conhecimento. É fundamental buscar instituições sólidas para aplicar os recursos, principalmente se for a longo prazo. É ideal fazer um comparativo entre diferentes instituições e estar atendo às mudanças na economia, pois a alteração na taxa de juros influencia diretamente na rentabilidade.

2.5.3 Letras de Crédito imobiliário e do Agronegócio - LCI/LCA

As letras de crédito imobiliário (LCI) e do agronegócio (LCA) tornaram-se, ultimamente, um investimento muito comum entre os brasileiros. Traz como principal característica a isenção de imposto de renda, fator esse, que tem atraído muitos investidores. Semelhantes os CDB, são remuneradas com um percentual do CDI predefinidos na sua contratação, podendo ser pré ou pós-fixadas e podem exigir prazo de carência para resgate, assim como possuem uma data limite para seu encerramento. Também possuem a garantia do Fundo Garantidor de Crédito, proporcionando segurança ao investidor.

A LCI foi criada pela Medida Provisória nº 2.223, de 4 de setembro de 2001. São títulos que possuem lastro em créditos imobiliários que tenha como garantia a hipoteca ou alienação fiduciária do imóvel. Podem ser emitidos pela Caixa Econômica Federal, por bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira

de crédito imobiliário, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimos, e companhias hipotecárias (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 119).

Semelhante ao LCI, a LCA é um título de crédito nominativo de livre negociação, com promessa de pagamento com base em recebíveis originados dos negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas e terceiro, inclusive financiamentos ou empréstimos relacionados com a comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 120).

Entretanto, conforme Silvestre (2017, p. 129), a oferta desses títulos dependerá do momento do mercado, vaiando com a demanda dos clientes bancários empresariais por empréstimos para setores imobiliário ou agropecuário, já que são lastreadas neste tipo de operação (SILVESTRE, 2017, p. 129).

São investimentos que oferecem segurança ao investidor, porém segundo Silvestre (2017, p.129), assim como a poupança, as LCIs e LCAs oferecem rentabilidade líquida bastante comprometida, principalmente para quantias inferiores a R\$100 mil aplicados, comprometendo a acessibilidade a esse tipo de investimento. Assim, tornam-se pouco adequadas para aqueles investidores que desejam investir uma pequena quantia mensalmente (SILVESTRE, 2017, p. 129).

Para iniciar esta modalidade de aplicação pode-se ir diretamente ao banco emissor desses ativos ou por meio de uma corretora, que poderá oferecer esses papéis de vários emissores, trazendo assim a oportunidade de conseguir maiores rentabilidades. Geralmente, quanto maior o prazo aplicado maior são os juros que irá receber, assim, o ideal é segurar esse investimento até a data de vencimento do título (FRABASILE, 2018).

2.5.4 Fundos de investimento

Fundo de investimento é um conjunto de recursos monetários, formado por depósitos de grande número de investidores (cotistas), que se destinam à aplicação coletiva em carteira de títulos e valores mobiliários. Constitui-se uma importante alternativa de investimento para as pessoas que desejam ingressar

no mercado de capitais. Por ter essa característica de coletividade de aplicação de recursos, traz uma vantagem ao investidor, pois, mesmo com um baixo volume baixo de recursos permite ingressar em um fundo com grande capital aplicado (ASSAF NETO, 2005, p. 422). Conforme Cavalcante; Misumi e Rudge (2005, p. 256) “os fundos buscam a conveniência da aplicação em condições técnicas mais favoráveis dos que as que seriam possíveis para cada um de seus participantes, se esses operassem por conta própria no mercado financeiro”.

Os fundos são regidos por um Regulamento que é disponibilizado aos cotistas, juntamente com seu Prospecto, no momento do seu ingresso, e neles estão todas as informações e regras básicas de seu funcionamento e outras informações relevantes, como tipos de ativos que compõem a carteira, limites máximos e mínimos de cada tipo de papel, estratégias de investimento escolhidas, risco, entre outros. As principais decisões sobre o funcionamento do fundo são decididas em Assembleia Geral dos cotistas, que também define a política de investimentos, definição da taxa de administração, constituição e alteração do Administrador, alterações no regulamento do fundo, liquidação do fundo e outras decisões que afetem o seu patrimônio. O funcionamento do fundo, juntamente com seu regulamento, depende de aprovação prévia da CVM, que supervisiona toda sua atividade (ASSAF NETO, 2005, p. 422).

Atualmente, existem diversas modalidades de fundos de investimento disponíveis no mercado brasileiro e compatíveis com todos os perfis de investidores. Conforme instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, os fundos são classificados quanto à composição da sua carteira em:

- I – Fundo de Renda Fixa;
- II – Fundo de Ações;
- III – Fundo Multimercado; e,
- IV – Fundo Cambial.

Os fundos de investimento não contam com a garantia do Fundo Garantidor de Crédito. A seguir serão exploradas as principais características pertinentes a esses fundos.

2.5.4.1 Fundos de renda fixa

Essa modalidade de fundo tem seu patrimônio aplicado em CDBs, Letras Financeiras, LCIs e LCAs de grandes bancos ou debêntures de grandes

empresas, mas essencialmente em títulos da dívida pública brasileira. Portanto, são de elevada segurança e muitos deles boa acessibilidade. Apresentam uma boa rentabilidade nominal, porém o que atrapalha sua rentabilidade líquida é o chamado come-cotas: uma parte dos recursos é deduzida da reserva para cobrança da taxa de administração, além do imposto de renda sobre a rentabilidade que é antecipado, independente do resgate do saldo, nos meses de maio e novembro de acordo com a tabela da alíquota vigente (SILVESTRE, 2017, p. 130, 131).

O risco deste tipo de aplicação ocorre se não for bem administrado, e em consequência disso, alcançarem rentabilidade abaixo do que potencialmente podem oferecer. Porém, isso não ocorre geralmente quando é administrado por uma instituição tradicional e de grande porte. Caso a instituição venha a quebrar, o cotista não perde seus recursos, pois o fundo é apenas administrado por ela. Nesse caso outra instituição é nomeada pelos principais cotistas para administrar o fundo (CERBASI, 2010, p. 107).

De acordo com Frankenberg (1999, p. 136), os fundos de renda fixa tornaram-se bastante populares por não haver exigência de valor mínimo disponível. Porém, atualmente alguns fundos, principalmente com maior rentabilidade e menor taxa de administração exigem um depósito inicial elevado. Ainda conforme Frankenberg (1999, p. 136), é importante o aplicador conhecer a estratégia do fundo e concordar com ela. Conhecer o ganho líquido após o desconto do imposto de renda e compará-lo à taxa de inflação do período é o segredo para saber se se lucrou efetivamente ou não (FRANKENBERG, 1999, p. 137). Para Cerbasi (2005, p. 107), aplicar em um fundo de renda fixa “é uma forma de investir em papéis seguros, com a conveniência do serviço a que já estamos acostumados em nosso banco”.

Porém, de acordo Cerbasi (2005, p. 107), os fundos quando administrados por grandes bancos, em geral oferecem baixa rentabilidade e taxas de administração extremamente elevadas, que podem corroer mais de um terço da rentabilidade anual do fundo. Devem ser evitadas taxas de administração superiores a 1% ao ano, pois, nesse caso, há outras formas de investimento mais interessantes. Além disso, podem ocorrer perdas no patrimônio caso as taxas de juros praticadas no mercado sejam elevadas, em geral quando a economia está instável ou desaquecida (CERBASI, 2005, p. 107).

Conforme divulgado pela Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima, 2018), em março de 2018 haviam 2.941 fundos de renda fixa em funcionamento no país e quase dois trilhões de reais captados. Percebe-se que há muitas possibilidades ao investidor interessado, e que há um considerável volume de recursos alocados neste tipo de investimento.

De acordo com a Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, é vedada a cobrança de taxa de performance para fundos de renda fixa, exceto se se tratar de fundo destinado a investidor qualificado, além de possuir obrigatoriamente 95% dos recursos aplicados em ativos de baixo risco, que são definidos pela própria Instrução.

2.5.4.2 Fundos de Ações

Os fundos de ações são uma espécie de condomínio ou cooperativa, onde um grupo de pessoas ingressa aplicando individualmente certa quantia de dinheiro. O fundo aplica esses recursos em ações de empresas de capital aberto que possuem ações negociadas na bolsa de valores. Os lucros ou prejuízos são proporcionalmente divididos entre os cotistas. A administração desse investimento é exercida por uma corretora de títulos e valores mobiliários ou bancos de investimento, que por realizar a gestão recebe como remuneração um percentual fixo predeterminado (FRANKENBERG, 1999, p. 149). Conforme Oliveira Jr. e Pacheco (2017, p. 259) nessa categoria 67%, no mínimo, de seu patrimônio líquido devem ser compostos por ações, bônus ou recibos ou recibos de subscrição e certificados de depósitos de ações; cotas de fundos de ações e cotas dos fundos de índice de ações; e *Brazilian Depositary Receipts* classificados como nível I e II (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p.259). O excedente dos recursos pode ser aplicado em qualquer outra modalidade de ativo financeiro, observados os limites de concentração previstos na Instrução CVM nº 555 (BRASIL, 2014).

No Brasil, essa modalidade ainda não é muito difundida entre os menores aplicadores. Já nos Estados Unidos, esse tipo de aplicação mediante aportes de uma quantia fixa mensal é muito comum. Deve-se, no país, utilizar esse exemplo do capitalismo norte-americano para forjar nosso incipiente mercado de ações e afins (FRANKENBERG, 1999, p. 151). De acordo com

Cerbasi (2010, p. 110) os fundos de ações “são a forma mais simples de negociar ações, exigindo mais o entendimento de como se comportam a economia e o mercado do que o conhecimento das empresas em si”.

O principal objetivo dessa categoria de investimento é adquirir uma grande quantidade de cotas pensando a longo prazo, de modo que o curto e médio prazo se tornem irrelevantes. É importante saber, que aplicando todos os meses, adquire-se as cotas a todos os preços, e no longo prazo se obtém um média das cotações, “denominada média de custos” (FRANKENBERG, 1999, p. 151). Assim o risco é diluído ao decorrer do tempo. Essa estratégia é interessante para pessoas que não possuem um capital imediato e desejam acumular a longo prazo.

Num fundo de ações, conforme Frankenberg (1999, p. 153), os riscos são limitados e pulverizados, porém sempre existirão. Podem ser divididos em:

- Riscos políticos.
- Riscos econômico-financeiros e sociais.
- Riscos setoriais (de um ramo ou setor industrial).
- Riscos individuais numa empresa específica.

Os investidores aplicam em fundos de ações com o objetivo de diversificarem suas carteiras de investimento, visto que o fundo é, em geral, composto por ações de diversas empresas, e ficarem menos suscetíveis às variações de preços de ações específicas. Além disso, conta com gestores profissionais que acompanham o mercado financeiro e têm como propósito buscar retorno financeiro superior às referências de mercado. Também, esses fundos normalmente possuem um grande número de cotistas acarretando na diminuição dos custos operacionais quando comparados a de um investidor individual (BM&F BOVESPA, 2018).

2.5.4.3 Fundos Multimercados

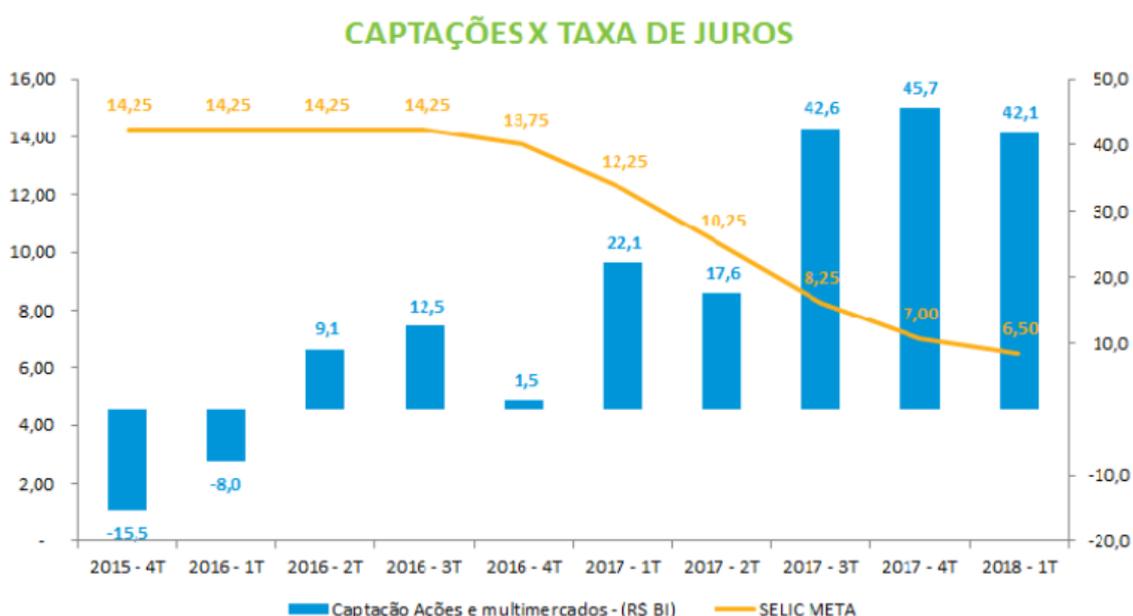
Uma alternativa moderada para aqueles investidores que ainda não se sentem totalmente seguros ao aplicar em fundos de ações são os fundos multimercados, que combinam em seu portfólio papéis de renda fixa e variável, procurando contrabalancear os riscos excessivos de alguns deles. São fundos que podem trazer rentabilidade acima da média em períodos de estabilidade e o

risco costuma ser menor do que de aplicações em fundos de risco (CERBASI, 2010). Em períodos de taxa SELIC baixa tornam-se uma opção bastante interessante ao investidor.

Atualmente os investidores viram nos fundos multimercados uma oportunidade de ganhos superior à renda fixa sem a necessidade de investir diretamente no mercado de ações. Em 2017 esse tipo de aplicação foi muito procurada e teve uma captação de 96,9 bilhões de reais, volume quatro vezes maior que em 2016, representando 37% dos 263,7 bilhões de reais captados na indústria de fundos (LEWGOY, 2018).

Na figura abaixo se percebe uma procura diretamente proporcional à queda na taxa de juros. Isso indica que o brasileiro está buscando alternativas em relação à renda fixa em período de baixa taxa de juros. Nos últimos seis meses houve uma transferência de recursos para os fundos multimercados e de ações, em detrimento dos fundos de renda fixa, principalmente decorrente do comportamento do investidor do varejo (ANBIMA, 2018).

Gráfico 1 – Captações dos fundos multimercados



Fonte: ANBIMA, 2018.

Esses fundos geralmente têm uma parcela significativa de seu patrimônio destinada a investimento de derivativos de renda fixa ou de renda variável, com o objetivo de aumentar a rentabilidade. Também, não existe qualquer obrigação do fundo com concentração de determinados ativos, como

ocorre com as outras classes. Assim, a categoria de fundo multimercado confere ao gestor total liberdade para operar em qualquer mercado ou ativo, podendo apresentar elevados retornos, porém elevados riscos (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 260, 261).

2.5.4.4 Fundos Cambiais

Outra opção de investimento em fundos são os fundos cambiais, onde o gestor investe em ativos relacionados à moeda estrangeira. Nos fundos cambiais o principal fator de risco da carteira é a flutuação do preço da moeda estrangeira ou a variação de uma taxa de juros chamada de cupom cambial. No mínimo 80% do patrimônio dessa categoria deve ser investido em ativos relacionados direta ou indiretamente (derivativos) à moeda estrangeira. Os mais comuns são os fundos atrelados à variação da cotação do dólar. Podem ser considerados uma boa opção para investidores que pretendem programar uma viagem ao exterior (PORTAL DO INVESTIDOR, 2018)

Em geral, os juros são baixos, perdendo para outras aplicações, todavia, quando há uma forte valorização da moeda estrangeira o investidor ganha os juros mais a variação cambial. Mostram ser uma boa alternativa em situações de crise interna da economia (CERBASI, 2010, p. 108). Como trata-se de um investimento de alto risco, é mais aconselhável realizar aplicações periódicas e diluídas ao longo do tempo, pois assim, o investidor não ficaria atrelado à cotação da data do investimento, diminuindo seus riscos e à possibilidade de uma brusca variação da moeda.

Também é um fundo baseado em sistema de cotas e é oferecido por praticamente todos os grandes bancos de varejo, porém existem significativas diferenças entre as aplicações mínimas exigidas e a taxa de administração (ISTO É DINHEIRO, 2016).

2.5.5 Ações

Apesar de parecer um conceito atual, a origem das bolsas de valores é bastante remota. Há registros desse mercado nas antigas Grécia e Roma. Sabe-

se que elas surgiram em épocas distantes, porém não vinculadas especificamente a valores mobiliários. Somente no século XVIII essas instituições atingiram um grande desenvolvimento e com a expansão das sociedades por ações assumiram um papel preponderante na oferta e procura de capitais. No Brasil, o desenvolvimento da bolsa está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da estrutura financeira do país. Foi a partir das reformas que institucionalizaram o sistema financeiro nacional, iniciadas em 1964, que as bolsas assumiram as características que possuem hoje (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2005 p. 76, 77).

A bolsa de valores é uma associação civil, sem fins lucrativos e também pode constituir-se como sociedade anônima. Possui autonomia financeira, patrimonial e administrativa e está sujeita à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2005 p. 80).

A forma mais comum de investir na bolsa é adquirindo ações das empresas que abriram seu capital. As ações constituem na menor parcela (fração) do capital de uma sociedade anônima e são classificadas em duas categorias: ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias são aquelas que garantem ao seu possuidor o direito a voto nas assembleias dos acionistas, onde, cada ação equivale a um voto. Já as ações preferenciais garantem a preferência, ao detentor, no recebimento de dividendos em relação às ordinárias e também tem preferência no reembolso do capital no caso de liquidação da companhia, porém não dão direito a voto nas assembleias dos acionistas (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 138).

Muitos brasileiros ainda pensam que a Bolsa é um cassino e acreditam que poucos são capazes de ganhar com ações e que, se eles se atreverem a entrar, sairão como perdedores. Infelizmente, estão ignorando um dos melhores instrumentos para fazer crescer seu dinheiro poupado (HALFELD, 2007, p. 69).

Algumas pessoas se dizem sem sorte no mercado de ações, pois toda vez que entram na bolsa, entram no valor máximo atingido pelo Ibovespa ou em determinada ação que escolheu e toda vez que vão se desfazer de seus ativos escolhem o momento em que está em seu patamar mínimo (PASCHOARELLI, 2008, p. 120).

É uma forma muito interessante para se investir em longo prazo, porém, conforme Cerbasi (2010, p. 110) “exigem conhecimento do comportamento do

mercado, da empresa, da economia e da política, além de oferecer elevado risco”. Além da rentabilidade sobre o preço de aquisição ainda há a possibilidade de receber dividendos, caso a empresa tenha lucro. Entretanto, no mercado brasileiro, muitas vezes as ações são negociadas muito mais pelo potencial de valorização do seu preço do que pelo próprio dividendo, deixando de aproveitar essa vantagem para o aumento do capital investido (CERBASI, 2010, p. 110).

No passado, tinha-se uma baixo incentivo em investir na bolsa no país pois, devido às distorções do mercado financeiro brasileiro, era possível ganhar muito dinheiro com papéis de renda fixa, fazendo com que não fosse necessário correr riscos em investimentos em ações. Porém, esses tempos acabaram, pois com a diminuição do risco país o governo e as empresas diminuíram substancialmente os juros que pagavam aos investidores de renda fixa (PASCHOARELLI, 2008, p. 49).

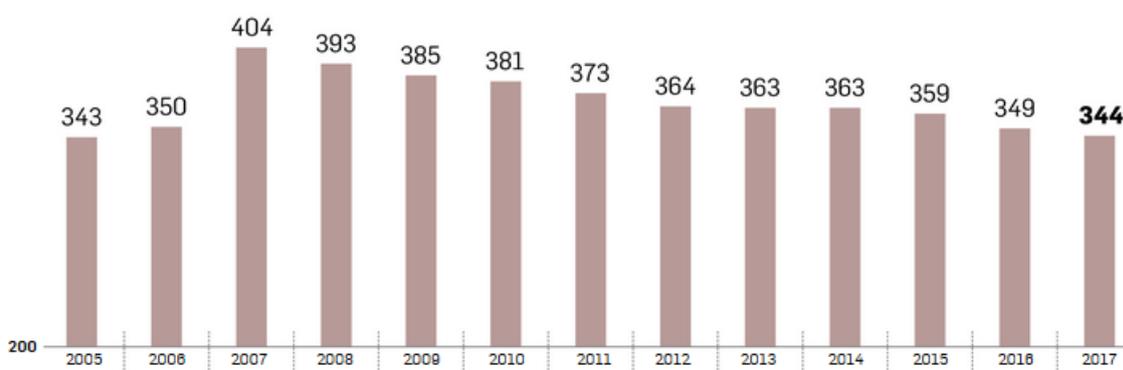
Ao investir no mercado de ações para formar um fundo para a aposentadoria, o investidor previdente deve estar ciente que essa modalidade de aplicação é destinada a longo prazo e jamais deve estar preocupado com a oscilação de suas ações de um dia para o outro, ou mesmo de um mês para outro, nem sequer de um ano para outro. Para quem fica assustado com as grandes variações de curto prazo, é importante saber que a bolsa não é um cassino, a corretora não é um crupiê, as ações não são fichas e o investidor conservador não é um apostador, tampouco um azarado. A bolsa de valores é um investimento sério, organizado e com um grande potencial de valorização e os investidores de longo que estejam dispostos a investir em ações sempre, todos os meses, tendem a ter retornos muito expressivos no decorrer do tempo (SILVESTRE, 2017, p. 147). Conforme Halfeld (2007, p. 126), quando estiver trabalhando com horizontes de tempo superiores a 5 anos, é preferível utilizar a renda variável, que embora muito volátil, pode oferecer rendimentos muito superiores à renda fixa. Esse é o segredo da aposentadoria mais cedo e mais confortável (HALFELD, 2005, p. 126).

O investidor tem como opção de investimento diversas empresas de diversos setores, muito embora este número tenha caído conforme gráfico abaixo. Essa redução se deve principalmente pelo fechamento de capital das companhias e fusões. O número de empresas listadas na bolsa no Brasil ainda é pequeno comparado à bolsa americana de Nova York que possuía 2.286

empresas em 2017 (SEGALA, 2018). Apesar da bolsa brasileira ainda ser modesta em comparação à americana, é crescente o número de brasileiros entrando neste mercado.

Com o advento da internet e elevação do nível cultural dos brasileiros os investimentos na bolsa de valores começou a se popularizar (ABE, 2009, p. 17). Conforme divulgado pelo jornal Valor Econômico, em janeiro de 2018, havia 642,3 mil investidores ativos na bolsa, uma alta de 9,2% em relação a janeiro de 2017 (LARGHI, 2018). Esses números indicam que cada vez mais os brasileiros estão descobrindo esta forma de investir seus recursos.

Gráfico 2 – Número de empresas listadas na BM&F Bovespa



Fonte: SEGALA, 2018.

Para o investidor iniciar seus investimentos na bolsa de valores é essencial buscar conhecimento e algumas técnicas que poderão auxiliar na tomada de decisão. De acordo com Abe (2009, p. 17) “para investir de forma responsável, consciente e lucrativa, o investidor precisa ter um método para selecionar os ativos em que investirá”.

São duas as principais formas para fazer a análise da escolha dos ativos: a análise técnica e fundamentalista. Conforme Oliveira Jr.; Pacheco (2017, p. 152), “a análise técnica representa um estudo do comportamento passado dos preços e volumes negociados dos ativos, a fim de se inferir acerca de seu comportamento futuro”. Ou seja, nesta forma de estudo, os gráficos são utilizados como parâmetro na leitura do comportamento de determinado ativo. Segundo Abe (2009, p. 20),

“apesar de ser necessário um tempo para o investidor aprender os conceitos e desenvolver o raciocínio necessário para fazer

uma boa análise, a análise gráfica é mais simples e de fácil aprendizado se comparada à análise fundamentalista”.

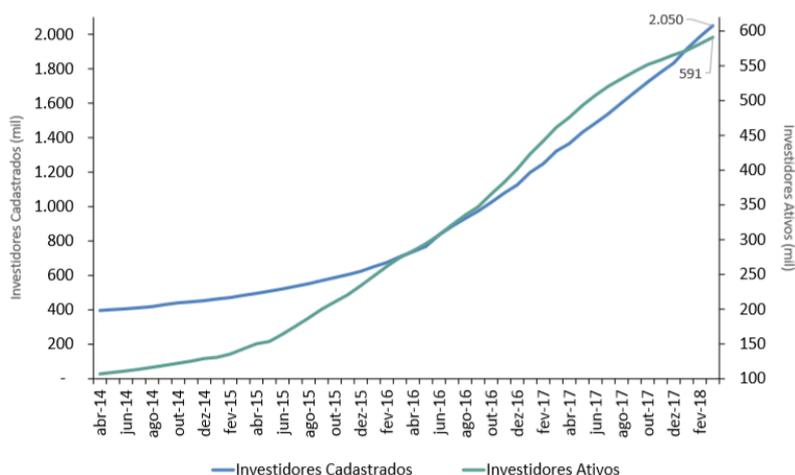
Outra forma de análise, a fundamentalista, utiliza as informações disponíveis das empresas, como por exemplo, demonstrações financeiras, perspectivas de investimento e setores onde atuam, além de analisar o desempenho da economia como um todo. Com esses dados o investidor busca prever os resultados de determinada companhia, e conseqüentemente seu preço futuro da ação (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2010, p. 152). Para Abe (2009, p. 17), “é necessário, além de muito tempo, amplo conhecimento sobre contabilidade, economia e entendimento dos negócios avaliados”.

Seja qual for a forma de análise que escolher e se tratando de um mercado altamente volátil e de alto risco, é fundamental ao investidor possuir conhecimentos em diversas áreas para ter sucesso no mercado de ações e não acabar se decepcionando, como geralmente ocorre com aquelas pessoas que iniciam esta atividade sem o entendimento necessário. Entretanto, se o investidor for consciente e investir no longo prazo, é bastante provável que alcance seus objetivos.

2.5.6 Títulos Públicos Federais

Outra modalidade de investimento que tem atraído muitos investidores são os Títulos Públicos. Segundo o relatório mensal, divulgado pelo Tesouro Nacional, em março de 2018 havia mais de 2 milhões de pessoas cadastradas no Tesouro Direto, um aumento de 35,53% em relação ao mesmo período do ano passado (TESOURO NACIONAL, 2018). Ou seja, cada vez mais os brasileiros estão aderindo a esta modalidade. O gráfico abaixo demonstra essa evolução.

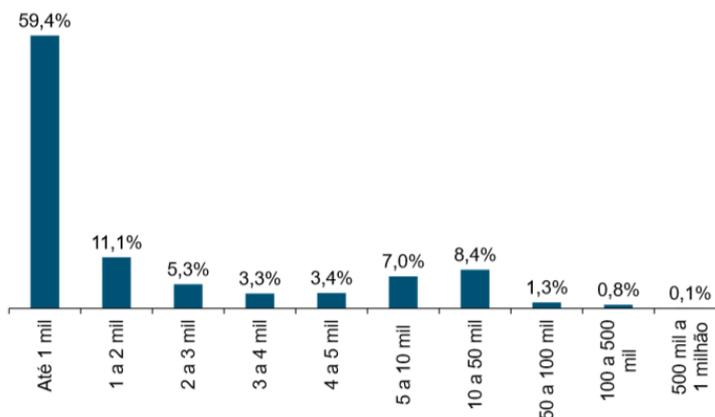
Gráfico 3 – Evolução dos investidores – Cadastrados e Ativos



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Percebe-se também, conforme gráfico abaixo, que a maioria dos investimentos é de até R\$5 mil reais, o que também indica que esse tipo de aplicação está sendo muito utilizada por pequenos investidores.

Gráfico 4 – Número de operações por faixa de aplicação - %



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Os Títulos Públicos Federais representam o instrumento financeiro mais utilizado no Brasil, além de funcionar como a alternativa mais eficaz que o governo federal tem para realizar sua política fiscal e financiar seu déficit, e também podem ser utilizados pelo Banco Central na realização da política monetária. O único emissor desses títulos desde 2002 é o Tesouro Nacional, e o Banco Central é o responsável por sua colocação no mercado primário por meio de leilões. Após a colocação desses títulos no mercado primário, o

investidor pode negociá-los no mercado secundário (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 128, 129).

A forma de aplicação nesses ativos é disponibilizada pelo Tesouro Nacional pelo programa Tesouro Direto, que foi desenvolvido em parceria com a BM&F Bovespa para que as pessoas físicas possam adquiri-los pela internet. O programa foi concebido em 2002 com o objetivo de democratizar o acesso aos títulos públicos e permitir aplicações a partir de R\$30,00. Antes, o cesso se dava por fundos de renda fixa, que por possuírem altas taxas de administração reduziam a atratividade desse investimento. Apresenta boa rentabilidade e liquidez diária, embora, caso o cliente necessite resgatar os recursos antes do vencimento, pode ocorrer redução do capital, pois possui o sistema de marcação a mercado, ou seja, nesse caso o título é negociado pelo valor que o mercado está pagando na data da venda. Entretanto, caso o investidor decida manter seus recursos até a data de vencimento, esses títulos serão remunerados pela taxa previamente pactuada (TESOURO NACIONAL, 2018).

Conforme Silvestre (2017, p. 126) atualmente são três os conjuntos de títulos negociados disponíveis para compra ou venda e esses grupos se formam conforme a métrica de rentabilização:

- Prefixados: são aqueles que oferecem rentabilidade prefixada, ou seja, no momento da compra do título o investidor já sabe exatamente a taxa de rentabilização bruta (geralmente informada em percentual anual) que irá receber se decidir manter o título até a data de vencimento.

Para cada unidade de título o valor bruto a receber no vencimento é R\$1.000,00 e são indicados para as pessoas que acreditam na queda da taxa de juros básica da economia (SELIC). Conforme divulgado no site do Tesouro Nacional (2018) são duas as modalidades disponíveis:

Tesouro Prefixado (LTN): o valor investido será acrescido da rentabilidade na data de vencimento ou resgate do título, ou seja, o pagamento ocorre de uma só vez no final da aplicação. Caso o investidor necessite resgatar os recursos antes da data de vencimento, o Tesouro Nacional pagará o valor de mercado de modo que a rentabilidade poderá ser maior ou menor do que a contratada na data da compra. Assim, é importante o investidor, se possível,

conciliar a data de vencimento do título com o prazo esperado para o investimento (TESOURO NACIONAL, 2018).

Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F): tem as mesmas características da LTN, porém, esses títulos pagam ao investidor os juros incorridos a cada seis meses. É mais indicado para pessoas que pretendem utilizar esses juros para complementar sua renda, ou para pessoas com mais idade que preferem não esperar para receber a remuneração do capital aplicado. Esses pagamentos representam uma antecipação da rentabilidade contratada (TESOURO NACIONAL, 2018).

- Indexados à taxa SELIC: são papéis que a rentabilidade é pós-fixada, ou seja, no momento da compra essa remuneração fica fixada à taxa contratada e o investidor a receberá no vencimento do título. A indexação é pela taxa SELIC acumulada desde a data da compra até o vencimento. Não é possível prever a remuneração, mas se sabe que o referencial será a taxa básica de juros da economia (SILVESTRE, 2017, p. 126).

O Tesouro Selic (LFT) é mais indicado para pessoas que acreditam na tendência de alta da taxa SELIC, já que a remuneração é vinculada a essa taxa. É um título que o valor de mercado é de baixa volatilidade, caracterizando uma vantagem no caso de venda antecipada. Assim, é um título indicado para perfis mais conservadores e para aqueles que não tem previsão para o resgate, mas caso seja necessário retirar o valor aplicado, o Tesouro pagará o valor negociado no mercado para aquela data. Também, é um título que não paga juros semestrais, sendo interessante para investidores que pretendem esperar até a data de vencimento do título (TESOURO NACIONAL, 2018).

- Indexados ao IPCA: São títulos de natureza híbrida, ou seja, recebem duas formas de remuneração. Parte do rendimento é prefixada, que o investidor já conhece no momento da compra e é paga se mantiver o título até a data de vencimento. Outra parte é pós-fixada, indexada ao IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – e acumulada entre a data da compra e a data de vencimento do título. São especificamente indicados ao investidor que deseja se proteger da elevação da inflação nos próximos anos (SILVESTRE, 2017, p.126, 132).

Assim, conforme o Tesouro Nacional (2018), a rentabilidade da aplicação é composta por uma taxa predefinida no momento da compra mais a variação de um indexador. Os títulos negociados nesta modalidade são:

Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B): Esta modalidade de título proporciona rentabilidade real, ou seja, aumenta o poder aquisitivo do dinheiro ao longo do tempo. Por possuir duas formas de rendimento, independente da variação da inflação, a rentabilidade torna-se bastante interessante ao investidor. É mais indicada para quem deseja possuir uma renda complementar, pois há o pagamento dos juros a cada semestre. Porém, nos recebimentos dos juros semestrais há incidência de imposto de renda de acordo com a tabela de alíquota vigente. Na data de vencimento do título, o aplicador resgata o valor total aplicado acrescido da taxa da inflação do período da compra até o resgate mais os juros semestrais do último período. Caso seja necessário antecipar o resgate o Tesouro Nacional pagará o valor de mercado da data do resgate. Assim, é recomendado realizar o resgate na data de vencimento (TESOURO NACIONAL, 2018).

Tesouro IPCA+ (NTN-B Principal): da mesma forma que a NTN-B, assegura uma rentabilidade real do capital investido com remuneração semelhante. É um título indicado para quem pretende programar a aposentadoria, pois são considerados de longo prazo e não possuem o pagamento dos juros semestrais. Ultimamente, muitos brasileiros tem buscado esse ativo para compor parte de sua reserva para a aposentadoria. Os juros são acumulados ao capital, e o título proporciona a rentabilidade sobre o montante (juros + capital), que é pago na data de vencimento programada. Assim como os outros títulos, caso o investidor necessite realizar o resgate antecipado, o Tesouro pagará o valor de mercado do título negociado na data da venda. Assim, é ideal investir com a consciência de longo prazo, e principalmente sabendo que terá um ganho real sobre o valor investido (TESOURO NACIONAL, 2018).

Tabela 2 – Resumo dos títulos disponíveis para negociação

Título	Rendimento	Remuneração do título
Prefixados		
Tesouro Prefixado 20XX (LTN)	Taxa Contratada	Somente no vencimento
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 20XX (NTN-F)	Taxa Contratada	Semestral e no vencimento
Pós-fixados indexados à Inflação		
Tesouro IPCA ⁺ 20XX (NTN-B Principal)	IPCA + Taxa Contratada	Somente no vencimento
Tesouro IPCA ⁺ com Juros Semestrais 20XX (NTN-B)	IPCA + Taxa Contratada	Semestral e no vencimento
Pós-fixados indexados à Taxa Selic		
Tesouro Selic 20XX (LFT)	Selic + Taxa Contratada	Somente no vencimento

Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Para iniciar os investimentos no Tesouro Direto o investidor precisa, necessariamente, possuir uma conta corrente em uma instituição financeira, que pode ser um banco ou uma corretora para intermediar as transações no Tesouro Direto. Algumas instituições não possuem taxa de custódia sobre os valores aplicados, porém, algumas delas podem cobrar até 2% do capital. Ainda há a cobrança de taxa de custódia pela BM&F Bovespa, no valor de 0,30% ao ano sobre o valor dos títulos, referente aos serviços de guarda dos títulos, às informações e movimentação dos saldos (TESOURO NACIONAL, 2018).

Os Títulos Públicos são considerados um investimento bastante seguro, como conforme explicado por Cerbasi (2010, p. 106): “Como são títulos garantidos pelo governo, são considerados livres de risco. Na verdade, o risco é de o governo quebrar e não honrar sua dívida, hipótese remota no Brasil”. Entretanto, caso necessite realizar a venda antes do vencimento, não é possível saber se haverá ganho ou perda, pois o valor dependerá das condições do mercado naquela data.

2.5.7 Plano de Aposentadoria Individual

Um plano de previdência privada é uma modalidade de aplicação financeira, embora parecida com os seguros, elaborada para permitir ao previdente buscar seu projeto de previdência particular e garantir sua segurança financeira na fase da aposentadoria (SILVESTRE, 2017, p. 163). Conforme Frankenberg (1999, p. 167) são oferecidos tanto pelas instituições financeiras (bancos e corretoras) e pelas entidades de previdência privada aberta. Ao

contrário do que ocorre nos planos tradicionais, não há garantia de ganhos mínimos (FRANKENBERG, 1999, p. 167).

No Brasil existem três sistemas de previdência, conforme explicam Oliveira Jr.; Pacheco (2017, p. 281):

O Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS, compulsório e destinado aos trabalhadores da iniciativa privada; o Regime Próprio dos Servidores Públicos, destinado aos funcionários públicos (municipais, estaduais e federais) e a previdência complementar, de caráter optativo, que pode ser utilizada por aqueles não inseridos nos sistemas anteriores ou que desejam incrementar sua aposentadoria (OLIVEIRA JR; PACHECO, 2017, p. 281).

As sociedades de previdência privada oferecem diversos planos de benefícios aos participantes. O mais comum é a arrecadação por meio de parcelas mensais com o objetivo de realizar pagamentos de benefícios aos participantes. Costumam ser vitalícios, por um tempo limitado ou recebimento do valor acumulado de uma só vez. O sistema de previdência privada criou planos como o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI). São opções atraentes de formar uma renda futura como o objetivo de tornar o investimento em previdência privada mais rentável (ASSAF NETO, 2012, p. 348).

No Plano Gerador de Benefícios Livres não existe garantia de rendimento mínimo e permite ao investidor escolher o risco desejado em função do seu horizonte de tempo definido. A vantagem desse tipo de aplicação é que os recursos são integralmente aplicados, sem os descontos semestrais de maio de novembro, o *come-cotas*. Assim, não há cobrança de imposto de renda sobre os ganhos de capital durante o período aplicado. Porém há o desconto do imposto de renda sobre o montante acumulado, e não só sobre os ganhos, na data do resgate. É mais indicado para pessoas que possuem renda tributável, contribuem para a previdência oficial e declaram o imposto de renda no modelo completo. É permitido utilizar até 12% da renda bruta anual para dedução no imposto de renda, porém não se deixa de pagar o imposto, este somente é postergado para a data do resgate (FORTUNA, 2011, p. 628).

Assaf Neto (2012, p. 349) apresenta alguns atrativos do PGBL:

- Benefício fiscal com a utilização dos 12% da renda bruta anual para dedução fiscal no imposto de renda;

- Os rendimentos gerados são tributados somente no saque dos recursos. Isso permite que o imposto seja somado ao montante;
- Os planos PGBLs costumam ser bastante transparentes, com publicações diárias de seu desempenho;
- Não estando satisfeito com a gestão do fundo, o aplicador pode mudar seu plano quantas vezes quiser;
- E a liberdade de escolha do plano cuja carteira melhor se identifique com o perfil de cada pessoa, como por exemplo, fundos mais agressivos ou moderados (ASSAF NETO, 2012, p. 349).

Assim, trata-se de uma importante modalidade de investimento que o investidor deve ter conhecimento, pois, com planejamento adequado pode utilizar o plano para compor sua carteira programada para a aposentadoria e aproveitar os benefícios exclusivos dessa modalidade como o benefício fiscal.

Outra modalidade de plano de aposentadoria é o Plano Gerador de Benefícios Livres (VGBL), que é semelhante ao PGBL, diferenciando-se somente pelo tratamento tributário. No VGBL, o imposto de renda é cobrado somente sobre seus rendimentos na data do resgate, porém, não permite sua utilização para dedução fiscal no imposto de renda. É mais indicado para os contribuintes isentos, ou que fazem a declaração de imposto de renda no modelo de desconto simplificado, e para aqueles que não contribuem para o INSS (ASSAF NETO, 2012, p. 350).

O VGBL é uma espécie de seguro de vida que se transforma em aposentadoria, caso o segurado sobreviva. Tem baixo risco, pois os recursos são investidos em fundos específicos para previdência, já que todos os cotistas têm objetivos semelhantes e de longo prazo (CERBASI, 2010, p. 112).

Há duas formas de tributação comuns aos dois planos: a regressiva e progressiva. A tabela regressiva inicia a tributação em 35% se o resgate ocorrer em prazo inferior a dois anos e sofre redução de 5% a cada biênio, até o limite mínimo de 10%. Já a tabela progressiva utiliza o cálculo de tributação sobre os rendimentos utilizados pela Receita Federal conforme quadro abaixo (BRASILPREV, 2018).

Tabela 3 – Tabela Progressiva do Imposto de Renda

RENDIMENTOS*	ALÍQUOTA/PARCELA A DEDUZIR
Até R\$1.903,98	Alíquota (isento) / Parcela a deduzir do IR (isento)
De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65	Alíquota 7,5% / Parcela a deduzir do IR R\$ 142,80
De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05	Alíquota 15% / Parcela a deduzir do IR R\$ 354,80
De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68	Alíquota 22,5% / Parcela a deduzir do IR R\$ 636,13
Acima de R\$ 4.664,68	Alíquota 27,5% / Parcela a deduzir do IR R\$ 869,36
*Exercício 2018 / Ano base 2017	

Fonte: Adaptado pelo Autor, BRASILPREV, 2018.

A tabela regressiva é indicada para quem pretende manter o investimento no longo prazo, visto que a redução é bastante vantajosa ao investidor.

Tabela 4 – Tabela Regressiva do Imposto de Renda

PERÍODO DE PERMANÊNCIA	ALÍQUOTA DE IMPOSTO DE RENDA
Até 2 anos	35%
De 2 a 4 anos	30%
De 4 a 6 anos	25%
De 6 a 8 anos	20%
De 8 a 10 anos	15%
Acima de 10 anos	10%

Fonte: Adaptado pelo Autor, BRASILPREV, 2018.

Considerando se tratar de um investimento com diversas características e detalhes um plano de aposentadoria individual deve ser iniciado somente com estudo mais aprofundado da situação de cada pessoa, visto que se contratado de maneira equivocada pode não trazer ao investidor os benefícios inerentes a esse investimento.

2.5.8 Incidências tributárias comuns aos investimentos

Conforme Instrução Normativa nº 1585, de 31 de agosto de 2015, publicada pela Receita Federal para fins tributários, os fundos de investimentos são classificados em fundos de curto prazo e fundos de longo prazo da seguinte forma:

- I - fundo de investimento de longo prazo são títulos com prazo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

II - fundo de investimento de curto prazo são títulos com prazo igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Já para a incidência de imposto de renda, tabela da alíquota e tempo de permanência é comum aos seguintes investimentos:

I - depósitos à vista;

II - operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos ou privados;

III - títulos públicos federais;

IV - títulos privados:

a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB);

b) debêntures;

c) outros títulos privados de renda fixa autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Tabela 5 – Incidência de imposto em investimentos de curto prazo

Tempo de Permanência	Alíquotas
Até 180 dias	22,5%
Acima de 180 dias	20,0%

Fonte: Adaptado pelo Autor – Instrução Normativa RBF nº 1585.

Tabela 6 – Incidência de imposto em investimentos de longo prazo

Tempo de Permanência	Alíquotas
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20,0%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15%

Fonte: Adaptado pelo Autor – Instrução Normativa RBF nº 1585.

Conforme decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras sobre as seguintes modalidades de investimento e seguindo o percentual demonstrado na tabela a seguir.

I - às operações realizadas no mercado de renda fixa;

II - ao resgate de cotas de fundos de investimento e de clubes de investimento;

III - às operações compromissadas realizadas por instituições financeiras e por demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com debêntures de que trata o art. 52 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, emitidas por instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Tabela 7 – Incidência de IOF sobre investimentos

Nº de dias	% LIMITE DO RENDIMENTO	Nº de dias	% LIMITE DO RENDIMENTO	Nº de dias	% LIMITE DO RENDIMENTO
1	96	11	63	21	30
2	93	12	60	22	26
3	90	13	56	23	23
4	86	14	53	24	20
5	83	15	50	25	16
6	80	16	46	26	13
7	76	17	43	27	10
8	73	18	40	28	6
9	70	19	36	29	3
10	66	20	33	30	0

Fonte: Adaptado pelo Autor, Decreto nº 6.306.

3 ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Não existe melhor investimento no mercado, mas sim aquele mais adequado ao perfil e às necessidades de cada indivíduo, além da sua condição financeira. Considerando os aspectos estudados em cada modalidade de investimentos no referencial teórico, neste capítulo serão apresentadas as vantagens e desvantagens dos investimentos financeiros elencados, além de uma tabela demonstrativa e comparativa entre alguns ativos disponíveis para se iniciar aplicações.

O investimento financeiro mais conhecido dos brasileiros, a caderneta de poupança, é de fácil acesso para os cidadãos, pode ser adquirida em qualquer banco comercial e não há limite mínimo para depósito. Não há diferenciação da rentabilidade entre uma instituição ou outra, pois sua remuneração é definida pelo Governo. A principal vantagem é a liquidez, pois não há carência para resgate, porém, caso necessite resgatar os recursos antes da data de aniversário, de trinta dias, não há a remuneração dos juros e correção. Também traz como vantagem a não incidência de imposto de renda. Outro benefício é a segurança, pois conta com a proteção do Fundo Garantidor de Crédito até o limite de R\$250 mil atualmente, ou seja, caso o banco onde os recursos estão alocados venha à falência, o poupador recebe até o limite dessa quantia. Entretanto, a rentabilidade é uma desvantagem, principalmente em períodos de inflação alta, pois pode ocorrer a perda do poder aquisitivo dos recursos aplicados. É um investimento considerado seguro e adequado ao investidor conservador que não deseja correr riscos.

Como forma de demonstração das diferentes formas de cálculo praticadas atualmente, a tabela abaixo mostra o comparativo entre as rentabilidades da nova e antiga poupança. A data inicial refere-se à data da alteração da nova forma de remuneração e o capital utilizado foi de R\$1.000,00.

Tabela 8 – Comparativo entre formas de remuneração da poupança

Dados básicos da correção pela Poupança		Dados básicos da correção pela Poupança	
Dados informados		Dados informados	
Data inicial	04/05/2012	Data inicial	04/05/2012
Data final	01/01/2018	Data final	01/01/2018
Valor nominal	R\$ 1.000,00 (REAL)	Valor nominal	R\$ 1.000,00 (REAL)
Regra de correção	Nova	Regra de correção	Antiga
Dados calculados		Dados calculados	
Índice de correção no período	1,4638272	Índice de correção no período	1,4788781
Valor percentual correspondente	46,3827200%	Valor percentual correspondente	47,8878100%
Valor corrigido na data final	R\$ 1.463,83 (REAL)	Valor corrigido na data final	R\$ 1.478,88 (REAL)

Fonte: Banco Central, 2018.

Abaixo, a tabela mostra a rentabilidade acumulada para um investidor que realizasse um investimento em 2008 com um capital de R\$1.000,00.

Tabela 9 – Valor do capital acumulado em 10 anos

Dados básicos da correção pela Poupança		Dados básicos da correção pela Poupança	
Dados informados		Dados informados	
Data inicial	01/01/2008	Data inicial	04/05/2012
Data final	04/05/2012	Data final	04/05/2018
Valor nominal	R\$ 1.000,00 (REAL)	Valor nominal	R\$ 1.354,81 (REAL)
Regra de correção	Antiga	Regra de correção	Nova
Dados calculados		Dados calculados	
Índice de correção no período	1,3548143	Índice de correção no período	1,4930874
Valor percentual correspondente	35,4814300%	Valor percentual correspondente	49,3087400%
Valor corrigido na data final	R\$ 1.354,81 (REAL)	Valor corrigido na data final	R\$ 2.022,85 (REAL)

Fonte: Banco Central, 2018.

Nominalmente o capital mais que dobrou, entretanto, considerando o desconto da inflação no período, conforme tabela abaixo, a rentabilidade real do investimento é pouco significativa no período, percebendo um total de R\$245,57, aproximadamente 24,15% no período de 10 anos.

Tabela 10 – Correção do capital pela inflação por 10 anos

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	01/2008
Data final	03/2018
Valor nominal	R\$ 1.000,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,7812832
Valor percentual correspondente	78,1283200 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1.781,28 (REAL)

Fonte: Banco Central, 2018.

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) também é mais indicado aos investidores conservadores, visto se tratar de papéis de renda fixa que muitas vezes acompanham a variação do DI, ou seja, a taxa que acompanha a taxa de juros básica (SELIC). Muitos desses papéis oferecem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Entretanto quanto maior percentual do DI que o banco venha a remunerar pode ser que haja uma carência para resgate e se for liquidado antes do vencimento pode ocorrer a perda da remuneração. Outra vantagem é a segurança oferecida pelas grandes instituições financeiras que só deixariam de honrar o pagamento ao investidor se ocorrer sua falência. Por isso é fundamental o poupador conhecer a instituição que está investindo, pois em caso de quebra da instituição o valor recuperado é somente o limite garantido pelo FGC. Instituições menores costumam remunerar um percentual maior do CDI, porém pode haver carência para resgate e sempre há um risco maior de falência do que grandes bancos.

A cobrança de imposto de renda sobre os rendimentos pode ser considerada uma desvantagem, mas quanto maior o período aplicado menor a alíquota cobrada. Assim é fundamental fazer um planejamento de quanto tempo se pretende deixar o dinheiro investido, pelo menos o tempo de reduzir o imposto cobrado. Também, caso o investidor necessite do resgate até trinta dias ainda há a cobrança de IOF, assim, não é indicado para resgate em curtíssimo prazo. Ainda como desvantagem, pode ocorrer que a instituição estabeleça um valor mínimo para iniciar a aplicação em faixas que remuneram maior percentual do CDI, como por exemplo, R\$50 mil para enquadrar em uma remuneração de 100% do CDI com prazo de carência de dois anos.

O CDB possui ainda um prazo definido para resgate, ou seja, independente se o investidor quiser ou não efetuar o resgate, no vencimento o valor aplicado será creditado na conta do investidor, tornando uma desvantagem caso o investimento seja destinado para o longo prazo, já que haverá a cobrança do imposto de renda sobre os rendimentos, o que poderia ser evitado em outra modalidade.

Com características semelhantes ao CDB, as Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio (LCI e LCA) – indexados ao CDI e com prazo máximo para resgate – trazem como principal benefício à isenção de imposto de renda. Por outro lado, possuem carência mínima de resgate de noventa dias. É

uma aplicação recomendada para curto prazo, visto que, geralmente seu vencimento é em torno de dois a três anos. Pode haver períodos, que vão depender da necessidade de captação dos bancos, em que este título pode remunerar um baixo percentual do CDI, ou seja, caso o banco emissor possua muitos recursos alocados nestes papéis, ou por outros fatores, pode desestimular o investidor remunerando pouco este investimento, inviabilizando novos aportes.

Muitas vezes, os bancos definem um capital mínimo elevado para a aplicação nesses papéis, reduzindo a acessibilidade para muitos investidores, e inviabilizando os aportes mensais recorrentes.

Nos fundos de investimento de renda fixa a liquidez é uma vantagem para o aplicador, porém pode ser que haja carência para resgate em alguns fundos específicos. Geralmente, a rentabilidade é atrelada a taxa SELIC, visto que os papéis desses fundos são aplicados em CDBs de grandes bancos ou títulos públicos. Caso essa taxa da economia esteja baixa, menores são os rendimentos. Também, não conta com a proteção do FGC, porém os riscos são menores em instituições de grande porte. É ideal conhecer a instituição onde se aplica e verificar o valor da cobrança da taxa de administração que em alguns fundos podem comprometer a rentabilidade, podendo até ocorrer variação negativa da rentabilidade real caso essa taxa seja muito elevada. Normalmente, quanto maior o valor inicial aplicado, menor a taxa de administração, percebendo, conseqüentemente, maior rentabilidade aos papéis.

Uma das desvantagens é o imposto de renda, que semelhante ao CDB, segue uma tabela decrescente na alíquota, assim como há cobrança de IOF em aplicações até trinta dias, não sendo recomendado se a aplicação for resgatada antes desse período. Traz ainda como desvantagem o come-cotas, antecipação da cobrança do imposto de renda nos meses de maio e novembro. Essa cobrança é compulsória e diminui o montante aplicado.

Dessa forma os fundos de investimentos em renda fixa são mais indicados para investidores conservadores que desejam migrar seus recursos de outro ativo tradicional como a poupança. Para alcançar seus objetivos financeiros nesta modalidade é essencial pesquisar as diversas opções disponíveis, conhecer bem a instituição a qual irá aplicar, buscar a menor taxa de administração possível, sempre acompanhar as tendências do mercado,

utilizar a tabela regressiva do imposto de renda a seu favor e acompanhar novidades do mercado.

Uma alternativa para o investidor que pretende arriscar um pouco mais para tentar obter uma rentabilidade maior, os fundos de ações podem ser uma boa opção. Porém, estão sujeitos às variações da bolsa de valores, que podem ser bastante voláteis, ainda mais em períodos de instabilidade na economia. Caso o investidor opte por essa modalidade, recomenda-se que busque diversas informações do setor ou empresa que se pretenda investir. Como possui característica de aplicar no mínimo 67% do capital em ações, é um investimento considerado de médio e alto risco, pois sofrem variações diretamente de acordo com a oscilação do mercado. No entanto, os retornos podem ser muito significativos e superar, em muito, aplicações conservadoras. É mais aconselhado para investimento de longo prazo, para não sofrer com as oscilações constantes de curto prazo. Assim, se a intenção do investimento for para resgate de curto e médio prazo, há outros investimentos mais aconselhados.

Nessa modalidade há cobrança de imposto de renda sobre os rendimentos, trazendo uma desvantagem. Porém, a alíquota para esta modalidade é de 15%, não importando o período em que os recursos fiquem aplicados e no fundo de ações não há o come-cotas. Assim, independente do valor percebido de rendimentos e o prazo aplicado essa sempre será a alíquota.

Os fundos de ações são uma boa maneira de começar a investir no mercado de renda variável por aquelas pessoas sem experiência ou com um pequeno capital e que deseje arriscar um pouco mais, entretanto, o investidor deve estar ciente que é um investimento de renda variável, classificados como de médio e alto risco, e sempre há a possibilidade dos fundos não alcançarem os retornos esperados.

Enquanto os fundos de renda fixa podem trazer uma rentabilidade baixa e os fundos de ações podem expor os investidores a riscos, outro caminho é optar pelos fundos multimercados. Assim, para o investidor que não quer correr riscos muito altos, mas pretende buscar uma rentabilidade maior que na renda fixa, escolher os fundos multimercados pode ser uma boa escolha. Nessa categoria, os administradores desses fundos utilizam papéis de renda fixa e variável na composição da carteira, sendo uma boa opção para aplicadores com

perfil moderado. É importante conhecer a estratégia adotada pelo gestor, pois pode haver fundos em que a composição dos papéis seja mais exposta a riscos. Em um cenário de juros baixos na economia, os investidores tendem a investir com maior frequência nesta modalidade.

Esses fundos buscam a rentabilidade atrelada a algum índice, como por exemplo, a variação da BMF& Bovespa, e comumente cobram taxa de performance sobre o variação positiva acima do índice definido. Além da taxa de administração, que pode ser elevada em alguns casos, o administrador do fundo pode cobrar, por exemplo, uma taxa de performance de 20% sobre o que exceder a rentabilidade do Ibovespa, em um fundo que busca acompanhar esse índice.

Ainda, há a cobrança de imposto de renda sobre a rentabilidade seguindo a tabela decrescente dos fundos, fazendo com que seja mais interessante investir por um período mínimo de dois anos.

Nos fundos cambiais, a principal desvantagem é a volatilidade das moedas estrangeiras em relação ao Real. Para o curto prazo esse investimento não é aconselhado, pois essa variação pode ser muito acentuada, principalmente nos momentos em que a economia brasileira esteja em um período oscilante. É ideal o aplicador conhecer a taxa de administração cobrada, que em muitos casos pode ser elevada. Também, assim como outros fundos de investimento, há a cobrança de imposto de renda seguindo a tabela decrescente e estão sujeitos ao come-cotas.

Ao investir nesta modalidade de investimento, os investidores devem estar cientes que os riscos são elevados, pois, a variação do Real perante outras moedas estrangeiras é muito significativa, principalmente em períodos de crise e de instabilidade da economia. Também, quando há fuga do capital estrangeiro, essa variação pode ser bem acentuada em períodos de curto prazo, fazendo com que caso o investidor necessite resgatar os recursos em um curto período de tempo pode sofrer perdas expressivas. Por outro lado pode obter ganhos consideráveis caso haja variação positiva da moeda investida.

Os títulos públicos trazem como principal atrativo a segurança. São os papéis mais seguros para se investir no Brasil, visto que são garantidos pelo Governo e caso este não venha a honrar seus compromissos, ocorreria uma quebra de credibilidade perante o mercado financeiro internacional. Possuem

uma boa rentabilidade real, porém, caso o investidor necessite resgatar os recursos antes do vencimento pode haver variação negativa, visto que seguem a marcação a mercado, ou seja, no mercado esses títulos são negociados pela referência na data da negociação. O ideal é planejar os investimentos para somente resgatá-los no vencimento. A quantidade mínima para a compra é a fração de 0,01 título, ou seja, 1% do valor nominal, e o valor mínimo para a aplicação é R\$30,00.

Títulos como o Tesouro Selic podem ser utilizados para aplicações de curto prazo, entretanto pode ocorrer, em época em que a taxa SELIC esteja em baixa, que este título remunere até menos que a caderneta de poupança, dependendo da taxa de custódia do banco ou corretora, que pode comprometer sua rentabilidade.

Como desvantagem, há a cobrança de imposto de renda sobre os rendimentos seguindo a tabela regressiva da alíquota, o que inviabiliza para investimento em curto prazo. Ainda, a taxa de custódia pode ser elevada, e em alguns casos inviabilizando a aplicação nesses papéis se a principal intenção do investimento for a rentabilidade.

Títulos como os indexados ao IPCA são ideais para formar um fundo para a aposentadoria, visto que sua data de vencimento é mais distante e a remuneração é a variação do IPCA mais uma taxa de juros pré-definida, fazendo com que a rentabilidade líquida seja sempre real.

Para o investidor que deseja conhecer a rentabilidade que obterá, a opção é aplicar nos títulos pré-fixados, ou seja, independente do que acontece na economia, esses papéis sempre irão remunerar pela taxa pré-definida na data da aplicação. Entretanto, o ideal é buscar a aplicação sempre na maior taxa de juros possível, pois, se essa taxa subir, o investidor terá um título remunerando menos do que os novos valores negociados, e até podendo ter uma rentabilidade negativa caso a inflação seja muito elevada.

Como aplicação de risco mais elevado, o mercado de ações pode trazer excelentes ganhos aos investidores, mas também perdas expressivas se o investidor se aventurar sem o devido conhecimento. As ações, no longo prazo, mostram-se um investimento adequado para a formação de um fundo de aposentadoria, principalmente se houver diversificação na carteira do investidor. É mais aconselhado investir em empresas de diversos segmentos e empresas

sólidas, a fim de mitigar os riscos de possíveis perdas. Geralmente, as pessoas possuem certa desconfiança no mercado acionário, deixando de aplicar nesse excelente investimento.

Para começar a investir na bolsa de valores, é necessário previamente realizar o cadastro de investidor em um banco ou corretora autorizada. Atualmente, essas instituições disponibilizam uma plataforma on-line (*homebroker*), onde o investidor pode realizar suas operações. No site da BM&F Bovespa são elencadas algumas vantagens ao se investir nesta modalidade de investimento:

- Não é necessário muito dinheiro para começar a investir;
- Possibilidade de recebimento de dividendos periodicamente;
- Potencial de boa rentabilidade no longo prazo;
- Pode-se comprar e vender ações a qualquer momento;
- É possível realizar o aluguel das ações e receber um rendimento extra;
- O imposto de renda sobre os rendimentos é cobrado apenas na venda dos ativos, se esse valor for superior a R\$20 mil no mês (BM&F Bovespa, 2018).

A principal desvantagem é a volatilidade que as ações podem sofrer no curto prazo, tornado assim, um investimento inviável para breves períodos de tempo, a menos que a intenção seja a especulação. O excesso de confiança pode ser uma desvantagem nessa modalidade de investimento, pois o investidor pode alocar um percentual muito elevado de seus recursos em ações, ficando muito exposto a riscos. Ainda, há a relutância em permanecer investindo em ações de empresa com resultados ruins, ou seja, muitas vezes é difícil para o investidor concordar que fez a opção errada, mas não aceitar a realização do prejuízo.

Para o investidor que pretende iniciar um plano de aposentadoria paralela ao INSS, os fundos de aposentadoria individual podem ser uma boa escolha, pois oferecem a opção de conversão em aposentadoria no prazo definido, ou seja, o investidor define uma data para que os recursos sejam transformados em rendimentos mensais, que podem ser vitalícios ou por prazo definido. Muitas instituições financeiras oferecem essa modalidade como opção

de investimento. É uma aplicação que pode ser iniciada com poucos recursos - a partir de R\$30,00 - e é possível aumentar o capital investido conforme a condição financeira do investidor. É indicada para aplicações mensais e de longo prazo, visto que o principal objetivo é a formação de um fundo para a aposentadoria.

Traz como vantagem e desvantagem a incidência de imposto de renda, ou seja, para um curto período de tempo a incidência de imposto de renda é muito elevada na tabela regressiva, porém, após 10 anos a alíquota é de 10%, a menor entre os investimentos, excetuando-se as aplicações isentas. Assim, é ideal iniciar essa modalidade de aplicação o mais jovem possível.

É uma modalidade que também traz benefícios fiscais, no caso do PGDL, pois os aportes podem ser deduzidos no imposto de renda até o limite de 12% da renda bruta. Ideal para o investidor que paga o imposto de renda e não possui despesas para abatimento em sua totalidade.

Outra vantagem é o planejamento da sucessão patrimonial, visto que os recursos aplicados nessa modalidade não entram em inventário, ou seja, no caso de falecimento do titular, os beneficiários por ele indicados recebem os recursos em sua totalidade, ficando sujeitos apenas ao imposto sobre transmissão de bens.

Considerando o exposto das vantagens e desvantagens dos investimentos, para auxiliar na compreensão da diferença existente entre algumas modalidades e demonstrar resumidamente algumas características, a tabela abaixo traz a compilação de algumas informações mais utilizadas para a análise das decisões de se investir em determinado ativo. Para a elaboração da tabela, foram coletados dados nos sites das instituições financeiras analisadas, uma corretora de valores que disponibiliza essas informações aos investidores, além do site do Banco Central. Foram analisados três bancos em cada classificação de porte e o período dos dados se refere a junho de 2018. A rentabilidade e liquidez podem sofrer alterações na data de contratação, conforme divulgado nos sites das instituições e alguns investimentos podem ter como requisitos para aplicação valores mínimos, além de possuir carência para resgate. Cabe ao investidor encontrar aquele investimento que seja mais adequado à sua necessidade e disponibilidade de recursos.

Os dados sobre remuneração são muito voláteis, pois sofrem variações todos os dias, porém, servem para exemplificar as diferenças de rentabilidades encontradas entre os investimentos. A classificação de risco também pode ser bastante variável, e são avaliadas, principalmente, de acordo com o momento da economia brasileira, já que o risco do país influencia diretamente nas empresas brasileiras. Para a avaliação de risco utilizou-se a agência *Standard & Poor's*, porém, conforme demonstrado no referencial teórico, há outras instituições que trazem essas avaliações. Ainda, há outros aspectos que devem ser levados em consideração pelo investidor, como taxa de administração e taxa de performance.

Tabela 11 – Comparação entre opções de investimentos– junho de 2018

Ativo	Risco	Remuneração	Liquidez	Tributação
Poupança				
Banco Grande	BB-	0,37% a.m. (maio/2018)	Imediata	Não incide
Banco Médio	B a BB-			
Banco Pequeno	BB- a BBB-			

CDB

Banco Grande	BB-	De 82% a 89% do CDI	Imediata a 6 meses	Tabela Regressiva do Imposto de Renda
Banco Médio	B a BB-	De 104% a 119% do CDI	De 6 meses a 24 meses	
Banco Pequeno	BB- a BBB-	De 104% a 120% do CDI	De 6 meses a 36 meses	

LCI/LCA

Banco Grande	BB-	De 72% a 89% do CDI		
Banco Médio	B a BB-	Informações somente na contratação	3 meses	Não incide
Banco Pequeno	BB- a BBB-	Informações somente na contratação		

Fundos de Renda Fixa

Últimos 12 meses

Banco Grande	BB-	De 3,71% a 7,56%	Imediata	Tabela Regressiva do Imposto de Renda
Banco Médio	B a BB-	De 4,84% a 8,77%	Imediata	
Banco Pequeno	BB- a BBB-	De 4,84% a 8,56%	Imediata	

Fundos Multimercados

Últimos 12 meses

Banco Grande	BB-	De 5,93% a 12,42%	Imediata	Tabela Regressiva do Imposto de Renda
Banco Médio	B a BB-	De 4,06% a 22,5%	Imediata	

Banco Pequeno	BB- a BBB-	De 2,19% a 15,65%	Imediata	
Fundos de Ações		Últimos 12 meses		
Banco Grande	BB-	De -22,71% a 85,38%	3 dias	Tabela Regressiva do Imposto de Renda
Banco Médio	B a BB-	De -2,36% a 49,16%	3 dias	
Banco Pequeno	BB- a BBB-	De -4,78% a 36,62%	3 dias	
Títulos Públicos Federais		Últimos 12 meses		
Tesouro Prefixado (Vencimento em 2021)	BB- (Risco Brasil)	12,86%	Imediata	Tabela Regressiva do Imposto de Renda
Tesouro Selic (Vencimento em 2021)		7,63%	Imediata	
Tesouro IPCA+ 2045		3,21%	Imediata	

Fonte – Elaborado pelo Autor, 2018.

Assim, verifica-se que há diferença significativa de rentabilidade entre os diferentes ativos, principalmente quando se trata de investimentos de médio risco, como os fundos multimercados e de alto risco como os fundos de ações, entretanto, para comparação é necessário adotar uma métrica de retorno ajustado ao risco, como por exemplo, o índice de Sharpe. Ainda, verifica-se que um dos investimentos que melhor remuneraram o investidor, o Tesouro

IPCA+2045, apresenta uma rentabilidade baixa, até mesmo menor que a poupança. Isso se deve à marcação a mercado, ou seja, caso o investidor necessite resgatar os recursos antes do prazo de vencimento, pode ser que o investimento traga uma rentabilidade aquém do esperado, até mesmo negativa. Entretanto, caso opte por resgatar os recursos somente no vencimento, não deve se preocupar, pois será remunerado integralmente pela taxa de juros pactuada na data da aplicação mais a correção da inflação. A liquidez também pode ser bastante variável, sendo mais acentuada em opções que remuneram melhor o investidor. Assim, a decisão final entre se investir ou não em determinado ativo será sempre do investidor, avaliando sua disposição para riscos, prazo para resgate e recursos disponíveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que no Brasil ainda são poucas as pessoas que possuem o hábito de controlar e planejar suas finanças. Esse fator contribui para o alto endividamento das famílias brasileiras, as quais buscam recursos financeiros através de outras fontes, como empréstimos pessoais e cartão de crédito para enfrentar imprevistos financeiros ou realizar algum sonho, ao invés de poupar para possuir uma reserva de emergência, ou utilizá-la para a realização de seus desejos.

Conforme apresentado no estudo, o controle das finanças pessoais ainda é pouco relevante no país, apesar de trazer inúmeros benefícios para o bem estar da população. Isso se deve muito à ausência de educação financeira na formação dos cidadãos, embora já haja proposta do Governo para a implantação da disciplina de Educação Financeira na ementa curricular do ensino básico a partir do ano de 2019. É importante para um país que sua população adquira esse conhecimento, pois isso, muito tem a contribuir para o crescimento e o desenvolvimento da economia como um todo.

Nota-se também, que a população brasileira ainda possui uma cultura de dependência do Governo, como por exemplo, a grande maioria das pessoas conta somente com a Previdência Oficial - INSS - como forma de obtenção de recursos para seu sustento na aposentadoria, ao invés de, desde jovens, iniciarem um fundo de capital para ser utilizado em emergências e ainda, possuir uma renda complementar nessa fase que, geralmente, desejam parar de trabalhar.

Contudo, é crescente o número de pessoas que estão se conscientizando acerca do assunto, como mostra o Gráfico 3, que comprova o aumento do número de investidores cadastrados no Tesouro Direto, forma de investimento muito utilizado para formação de um fundo de recursos para a aposentadoria. Além disso, percebe-se no Gráfico 4 que a maioria das aplicações estão abaixo de R\$1 mil reais, indicando que, possivelmente é o pequeno investidor que realiza essas transações, corroborando com a ideia que esteja acontecendo uma reversão da condição de tomador de crédito para investidor, ainda que lentamente.

No presente estudo, foram apresentados apenas alguns índices, indexadores e conceitos utilizados no mercado financeiro, porém ainda há diversos outros que podem, e devem ser utilizados pelos investidores, para que seja tomada a melhor decisão de acordo com o perfil de cada um. Cabe a eles buscarem a maior quantidade de informações para se investir com mais assertividade e segurança.

Em relação aos investimentos financeiros estudados, foram apresentados apenas alguns: aqueles de mais simples acesso aos cidadãos e mais fáceis de serem compreendidos por aqueles que possuem pouca, ou nenhuma experiência no mercado financeiro. Porém, existem diversos outros que podem possuir maior complexidade e que exigem maior conhecimento e estudos mais aprofundados para se aventurar com maior segurança. São eles: derivativos, como as opções de ações, mercado de ouro, moedas estrangeiras, debêntures, fundos imobiliários, e até mesmo as moedas digitais, mais recentemente.

Percebe-se que podem ocorrer grandes diferenças na rentabilidade entre diferentes investimentos e instituições, além do prazo de carência, no entanto a análise dos benefícios é individual, ou seja, pode ser que um investidor queira, e tenha pretensão de correr maiores riscos para obter maior rentabilidade, e outro que não tenha esse perfil e prefira a segurança de aplicar os recursos na caderneta de poupança em uma instituição de grande porte. O autoconhecimento é fundamental para a tomada de decisão. Assim, como exposto anteriormente, não existe melhor investimento no mercado, mas sim aquele mais adequado ao perfil, ao momento e aos recursos disponíveis de cada um.

Há muitas informações disponíveis em diversos meios para auxiliar o investidor nas tomadas de decisões, porém é preciso despertar a consciência do brasileiro para o controle e planejamento das finanças pessoais. Essa consciência financeira traz mais benefícios e resultados se for inserida o mais cedo possível na vida e na educação das pessoas, para que a educação financeira se torne um hábito dos cidadãos e faça parte do cotidiano, não só das pessoas físicas, mas também das empresas.

Não é somente a rentabilidade que deve atrair o investidor a se aventurar no mercado financeiro, mas também a oportunidade de obter tranquilidade

financeira, visto que no decorrer da vida são inúmeros os imprevistos que podem ocorrer. É de fundamental importância que a consciência financeira dos indivíduos seja aprimorada, pois são diversos os benefícios que podem ser obtidos, como a compra de um bem, realização de um sonho, o bem-estar em se sentir seguro com suas finanças, além de alcançar um sentimento de despreocupação para aproveitar a aposentadoria em sua plenitude e como desejar.

REFERÊNCIAS

ABE, Marcos. **Manual da Análise Técnica: Essência e estratégias avançadas**. São Paulo: Novatec Editora, 2009.

ANBIMA. **Consolidado Histórico de Fundos de Investimento**. Disponível em: <http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/estatisticas/fundos-deinvestimento/fi-consolidado-historico.htm>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Multimercados e Ações lideram as captações**. Disponível em: <http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/relatorios/fundos-de-investimento/boletim-de-fundos-de-investimentos/multimercados-e-acoes-lideram-as-captacoes-1.htm>. Acesso em: 29 abr. 2018.

ANDREZO, Andrea F.; LIMA, Iran S. **Mercado Financeiro: Aspectos históricos e conceituais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Mercado Financeiro**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BACEN. Banco Central do Brasil. **O Programa de Educação Financeira do Banco Central**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/introducaoPEF.asp>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

_____. **Base para o currículo escolar inclui a educação financeira**, Brasília, 01 dez. 2017, Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/en/#!/c/noticias/205>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

_____. **Caderno de Educação Financeira**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

_____. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=3>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. **Glossário**. Disponível em: <http://www.investidor.gov.br/glossario/t/titulos_publicos.html?dir=/glossario/m/&letra=M>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. **Fundo Garantidor de Créditos (FGC)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/fgc.asp>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BM&F BOVESPA. **Certificado de Depósito Bancário**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/mercado-de-balcao/titulos-financeiros/certificado-de-deposito-bancario-cdb.htm>. Acesso em 25 abr. 2018.

_____. **Fundo de Investimentos em Ações (FIA)**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/>

renda-variavel/fundo-de-investimentos-em-acoes-fia.htm>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. **Índice Bovespa (Ibovespa)**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-estatisticas-historicas.htm>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. **Como investir em ações**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/como-investir/como-investir-em-acoes/>. Acesso em: 05 mai. 2018

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PEC 287/2018**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=12270D5473905F29B9544D750550CF54.proposicoesWebExterno1?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016>. Acesso em: 24 fev. 2018.

_____. **Lei n. 8.177**, de 01 de mar. de 1991. Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências, Brasília, DF, mar. 1991.

_____. **Decreto nº 6.306**, de 14 de dez. de 2007. Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. Brasília, DF, 14 dez. 2007.

_____. **Instrução Normativa RFB nº 1585**, de 31 de agosto de 2015. Dispõe sobre o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiros e de capitais. Brasília, DF, jan. 2015.

_____. **Instrução CMV nº 555**, de 17 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação das informações dos fundos de investimento. Brasília, DF, dez. 2014.

_____. **Resolução n. 4.624**, de 18 de jan. de 2018. Altera e consolida as normas relativas à metodologia de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR), Brasília, DF, jan. 2018.

BRASILPREV. **Previdência Privada**. Disponível em: <<https://www1.brasilprev.com.br/previdencia-privada>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

CAMARGO, Camila; CHEROBIM, Ana P.M.S. **Uma análise das intersecções entre finanças pessoais, organizacionais e desempenho**. Perspectivas Contemporâneas. V.3, n.1, p.131-160, jan./jul. 2008. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/418>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Y.; RUDGE, Luiz F. **Mercado de Capitais: O que é e como funciona**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CERBASI, Gustavo. **Dinheiro: Os Segredos de Quem Têm**: Como conquistar e manter sua independência financeira. São Paulo: Editora Gente, 2010.

CETIP. **Certificado de Depósito Bancário**. Disponível em: <<https://www.cetip.com.br/captacao-bancaria/cdb>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

COLLUCCI, Claudia; PINTO, Ana E. de S. Brasileiros não temem a morte, mas a dependência, mostra Datafolha, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jan. 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/01/1953745-brasileiros-nao-temem-a-morte-mas-a-dependencia-mostra-datafolha.shtml>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES LOJISTAS. **45% dos brasileiros não controlam as próprias finanças, mostra pesquisa sobre educação financeira do SPC Brasil e CNDL**, 29 jan. 2018. Disponível em: <<http://site.cndl.org.br/45-dos-brasileiros-nao-controlam-as-proprias-financas-mostra-pesquisa-sobre-educacao-financeira-do-spc-brasil-ecndl/>>. Acesso em 24 fev. 2018.

EKER, T. Harv. **Os Segredos da Mente Milionária**: Aprenda a enriquecer mudando seus conceitos sobre o dinheiro e adotando os hábitos das pessoas bem-sucedidas. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

FERREIRA, Vera R. de M.. **A Cabeça do Investidor**: Conheça suas emoções para investir melhor. São Paulo: Évora, 2011.

FRABASILE, Daniela. LCI e LCA: o que são e como investir?, **Época Negócios**, São Paulo, 09 nov. 2017. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/colunas/Financas-de-Bolso/noticia/2017/11/lci-e-lca-o-que-sao-e-como-investir.html>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro**: Você é o maior responsável. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

HALFELD, Mauro. **Investimentos**: como administrar melhor o seu dinheiro. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

ISTO É DINHEIRO. **Saiba como investir em fundos cambiais e apostar no dólar**, 31 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20160113/saiba-como-investir-fundos-cambiais-apostar-dolar/333659>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

LAPORTA, Taís; TREVISAN, Karina. Novo texto da reforma da Previdência: veja o que muda na proposta do governo. **G1**, Rio de Janeiro, 22 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/veja-os-principais->

pontos-da-nova-versao-da-proposta-do-governo-para-a-reforma-da-previdencia .ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2018.

LARGHI, Nathália. Bolsa chega a 642 mil investidores ativos em janeiro, **Valor Econômico**, São Paulo, 20 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/5334655/bolsa-chega-642-mil-investidores-ativos-em-janeiro>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

LEWGOY, Julia. Como escolher o melhor fundo multimercado para investir, **Exame**, São Paulo, 30 jan. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/como-escolher-um-fundo-multimercado-para-investir/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MATTA, Rodrigo O. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal:** o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5293>>. Acesso em 22 fev. 2018.

MOSCA, Aquiles. **Finanças Comportamentais:** Gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

NOFSINGER, John R. **A Lógica do Mercado de Ações:** Como os investidores podem ganhar mais. 2ª Ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2010.

OLIVEIRA JR., Gilson. A.; PACHECO, Marcelo M. **Mercado Financeiro:** Objetivo e Profissional. São Paulo: Editora Fundamento Educacional Ltda., 2017.

PASCHOARELLI, Rafael. **Como Ganhar Dinheiro no Mercado Financeiro:** Como ganhar dinheiro no mercado financeiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PINTO, Ana E. de S. Jovem brasileiro ainda sonha com aposentadoria antes dos 60 anos, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 mar. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/jovem-brasileiro-ainda-sonha-com-aposentadoria-antes-dos-60-anos.shtml>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

PORTAL DO INVESTIDOR. **Fundo de investimento cambial.** Disponível em: <https://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/fundos_investimentos/cambial.html>. Acesso em: 30 abr. 2018

RIBEIRO, Ana P. Quando se trata de educação financeira, Brasil fica mal na foto, **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 out. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/quando-se-trata-de-educacao-financeira-brasil-fica-mal-na-foto-20385966>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SAVOIA, José R. F.; SAITO, André T.; SANTANA, Flávia A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Revista de Administração Pública - RAP. V.41, n.6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2410/241016440006/>>. Acesso em 22 fev. 2018.

SEBRAE. **Como planejar e fazer o controle financeiro pessoal**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/como-planejar-e-fazer-o-controle-financeiro-pessoal,e999b88efc047410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SEGALA, Mariana. Número de companhias listadas em Bolsa volta para o patamar de 2005, **Estadão**, São Paulo, 19 fev. 2018. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/seu-dinheiro,numero-de-companhias-listadas-em-bolsa-volta-para-o-patamar-de-2005,70002194495>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVESTRE, Marcos. **Money Boss: Você vai mandar no seu dinheiro**. São Paulo: Valores Editorial, 2017.

_____. **Previdência Particular: A nova aposentadoria**. Barueri: Faro Editorial, 2017.

SOBRINHO, José D. V. Nem os técnicos entendem a poupança, diz matemático que propõe mudanças, **Uol**, São Paulo, 01 ago. 2017. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2017/08/01/sabe-quanto-rende-a-poupanca-economista-quer-deixar-essa-conta-mais-facil.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

TEIXEIRA, Daniel. Idosos acreditam que poupança ainda é o melhor investimento, **Estadão**, São Paulo, 15 set. 2015. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/idosos-acreditam-que-poupanca-ainda-e-o-melhor-investimento>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

TESOURO NACIONAL. **Como funciona o mercado de títulos públicos**. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/tesouro-direto-como-funciona-o-mercado-de-titulos-publicos>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

YAZBEK, Priscila. Brasil é o 74º em ranking global de educação financeira, **Exame**, São Paulo, 19 nov. 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/brasil-e-o-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.